

CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. COMPANHIA ABERTA CNPJ 06.981.176/0001-58 – NIRE 31300020550

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Fica a acionista Companhia Energética de Minas Gerais convocada para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 29 de abril de 2016, às 17 horas, na Av. Barbacena, 1200, 12° andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como dos respectivos documentos complementares;
- 2) destinação do Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$2.337.663 mil, e do saldo de Lucros Acumulados, no montante de R\$47.761 mil;
- 3) definição da forma e data do pagamento dos dividendos, no montante de R\$635.407 mil;
- 4) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,
- 5) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato.

Belo Horizonte 28 de março de 2016.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva Presidente do Conselho de Administração



PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR-SE ATÉ 29 DE ABRIL DE 2016.

À Acionista Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

O Conselho de Administração da Cemig Geração e Transmissão S.A.:

Considerando que:

- a) em conformidade com o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e com os artigos 20 a 24 do Estatuto Social, bem como com as Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, com apresentação de Lucro Líquido de R\$2.337.663 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$47.761 mil, decorrente de realização da reserva de ajuste de avaliação patrimonial, compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;
- b) o §3º do artigo 202 da mesma Lei determina que a Assembleia Geral pode, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar sobre a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro, nas companhias abertas exclusivamente para a captação de recursos por debêntures não conversíveis em ações;
- c) as projeções de fluxo de caixa de 2016 indicam a limitação de recursos da Companhia para pagar em 2016 os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto referentes ao exercício de 2015;

vem propor que ao Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$2.337.663 mil, e ao saldo de Lucros Acumulados, no montante de R\$47.761 mil, seja dada a seguinte destinação:

- a) R\$635.407 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo:
 - 1- R\$195.407 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio JCP, conforme CRCA-100/2015, de 17-12-2015, e CRD-557/2015, de 04-01-2016, a serem pagos em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2016 e a segunda até 30-12-2016, cabendo à Diretoria Executiva observar os prazos, determinar os locais e os processos de pagamento e efetuar a imputação dos juros sobre capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 30-12-2015. As ações passaram a ser negociadas ex-direitos em 04-01-2016; e,
 - 2- R\$440.000 mil na forma de dividendos intercalares, conforme CRCA-104/2015, de 17-12-2015, com pagamento até 30-12-2015, sendo que poderá ser antecipado, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 16-12-2015;



- b) R\$116.883 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea "a" do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social;
- c) R\$1.612.438 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos previstos para o exercício de 2016, conforme orçamento de capital; e,
- d) R\$20.696 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

Os pagamentos dos dividendos de 2015 serão realizados até 30-12-2016, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social.

O Anexo 2 apresenta o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2016.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses da acionista e da Companhia, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pela acionista.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva José Pais Rangel

Mauro Borges Lemos Marco Antônio de Rezende Teixeira

Allan Kardec de Melo Ferreira Nelson José Hubner Moreira

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Eduardo Borges de Andrade Ricardo Coutinho de Sena

Guy Maria Villela Paschoal Saulo Alves Pereira Junior

Helvécio Miranda Magalhães Junior Ricardo Wagner Righi de Toledo

José Henrique Maia



Índice

- Anexo 1 Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia item 10 do Formulário de Referência art. 9°, III da ICVM 481/09
- Anexo 2 Orçamento de Capital
- Anexo 3 Parecer do Conselho Fiscal sobre a Proposta
- Anexo 4 Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras
- Anexo 5 Parecer dos Auditores Independentes
- Anexo 6 Demonstrativo do cálculo dos dividendos propostos
- Anexo 7 Eleição de membros do CA e CF art. 10 da ICVM 481/09



Anexo 1

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2015 foi marcado pelo baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o que pressionou o custo da energia no mercado atacadista e a geração de caixa das empresas geradoras, tendo em vista que a redução no fator de geração provocou uma menor geração de caixa, principalmente no segundo semestre de 2015.

Entretanto, merece destaque a estratégia de comercialização e prudência na negociação e comprometimento de contratos, que permitiu à Cemig Geração e Transmissão apresentar, em 2015 um lucro líquido de R\$2.338 milhões, 12% acima do verificado no ano anterior, o que se mostra ainda mais significativo em um período onde as empresas brasileiras vêm apresentando redução em suas margens de lucro e muitas delas vem divulgado inclusive prejuízos.

Em dezembro de 2015, vencemos o lote D do leilão de usinas de geração de energia promovido pelo Ministério das Minas e Energia, o que permitirá a Cemig continuar a operar pelos próximos 30 anos as 13 usinas que tiveram os contratos de concessão vencidos em 2015, em que destacamos as usinas de Três Marias, Salto Grande, Itutinga e Camargos, adicionando-se mais 5 usinas de pequeno porte que não eram antes operadas pela Companhia.

Deve-se destacar que a operação dessas usinas traz uma potência instalada no nosso portfólio de geração de 700 MW, com receitas adicionais anuais de aproximadamente R\$500 milhões.

No que se refere ao nosso endividamento, fomos conservadores na gestão da nossa dívida, que somente apresentou um crescimento em 2015 em função dos recursos captados no 4º trimestre do ano para cobrir o pagamento da outorga referente ao leilão de geração vencido pela Companhia. Vale destacar que neste caso o serviço da dívida é compensado parcialmente já no primeiro ano pela geração de caixa dos empreendimentos.

Temos um montante de dívida relevante com vencimento para 2016, mas que já está sendo objeto de negociação com as instituições financeiras e com perspectivas muito positivas de rolagem, com novos prazos de vencimento no longo prazo, criando mais liquidez para a Companhia e menor pressão no seu caixa.

Adicionalmente, apesar de todos os desafios enfrentados no ano, deve ser destacado que investimos em 2015 quase R\$400 milhões, destacando-se as aplicações relacionadas as usinas de Santo Antônio e Belo Monte, na região da Amazônia, onde temos participação.

No próximo ano, sabemos que os desafios continuarão presentes. Apesar de podermos prever um cenário de baixa demanda de energia elétrica, com redução nos preços de venda da energia, estamos preparados para lidar com esse momento de incerteza e instabilidade, com a convicção de que nossas ações garantirão a sustentabilidade das nossas operações e o retorno adequado do investimento e confiança depositado pelos nossos acionistas.

Temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e demais partes interessadas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.



b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2015, por um endividamento de R\$ 7,7 bilhões, sendo 37% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 63% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2014, por um endividamento de R\$ 7 bilhões, sendo 41% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 59% representado por dívidas de longo prazo e em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da Companhia era representada por um endividamento de R\$4,1 bilhões, sendo 27% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 73% representado por dívidas de longo prazo. Em vista disso, o endividamento da Companhia tem prazo compatível com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Companhia liquidez e flexibilidade operacional.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (patrimônio líquido mais dívida líquida). Entendemos como dívida líquida o somatório das obrigações financeiras remuneradas de curto e longo prazo (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras de liquidez imediata) e de TVM (Títulos e Valores Mobiliários).

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 4.695 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 5.539 milhões. Em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 3.487 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.135 milhões. Em 31 de dezembro de 2013 o patrimônio líquido da Companhia era de R\$3.815 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 2.404 milhões. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido mais dívida líquida) tem se situado em níveis razoáveis, sendo 54% em 31 de dezembro de 2014, 64% em 31 de dezembro de 2014 e 39% em 31 de dezembro de 2013.

Não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 4.264 milhões, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 4.035 milhões e em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$2.960 milhões.

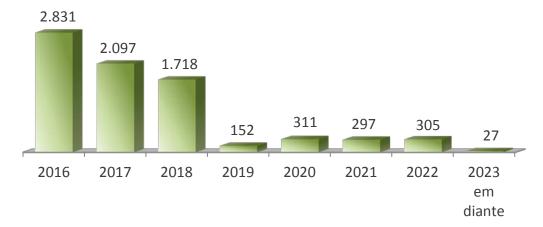
O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia (TVM) era de R\$ 2.201 milhões em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 902 milhões em 31 de dezembro de 2014 e R\$1.689 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Como a dívida líquida (empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e TVM) era de R\$ 5.538 milhões em 31 de dezembro de 2015, R\$ 6.135 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$ 2.404 milhões em 2013, isto indica que cerca de 1,30 anos de geração de caixa operacional (LAJIDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor em 2015, 1,52 anos de geração de caixa operacional seriam suficientes para quitar o saldo devedor em 2014 e 0,8 ano de geração de caixa operacional seria suficiente para quitar o saldo devedor em 2013. Tais



índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$7.739 milhões não está alongada, com 85,88% vencendo em 3 anos e com prazo médio de 2,4 anos:



Vencimento da divida por ano, em Milhões de reais.

Entretanto, a grande concentração de dívida vencendo no curto prazo resulta da sexta emissão de notas promissórias comerciais, de R\$1.440 milhões, ocorrida em dezembro de 2015, para o pagamento da bonificação de outorga referente ao Leilão Aneel nº 12/2015. Vale ressaltar, entretanto, que essa operação de curto prazo deverá ser refinanciada em 2016 através de uma operação de longo prazo, numa operação de Project Finance envolvendo as usinas hidrelétricas constantes do leilão.

Portanto, os Diretores da Companhia entendem que há plenas condições da Companhia refinanciar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

- 4ª emissão de Debêntures simples, em 23/12/2013, no valor de R\$ 500 milhões, destinados à recomposição do caixa da empresa, em razão do pagamento de suas dívidas (a liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 30/01/2014).
- 5ª emissão de notas promissórias, em 27/06/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.
- 5ª emissão de debêntures simples, em 10/12/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição do caixa por investimentos realizados em 2014.
- 6ª emissão de debêntures simples, em 15/07/2015, no valor de R\$ 1.000 milhões, destinados para pagamento de dívidas e/ou à recomposição do caixa em função de pagamento de dívidas.



• 6ª emissão de notas promissórias, em 30/12/2015, no valor de R\$ 1.440 milhões, destinados para o pagamento da 1ª (primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL12/2015.

O passivo circulante era de R\$ 4.270 milhões em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 3.472 milhões em 31 de dezembro de 2014 e de R\$2.521 milhões em 31 de dezembro de 2013. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos e dividendos a serem pagos ao acionista controlador.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade de não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e, também, garantir os seus investimentos e aquisições futuras.



d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes utilizadas

Em julho de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 144 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 30 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 1ª(primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Além disso, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$670 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário, e nova operação de rolagem de dívida com o Banco da Amazônia no valor de R\$120 milhões.

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000.000 (quinhentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 4ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.



Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão de debêntures simples, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG.

Em 2013, a Companhia prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, ela concluiu em 30/01/2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos nãocirculantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral CEMIG, uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da



Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados;
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao Índice Geral do Mercado IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bemvindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no bojo do Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais limites são: dívida / EBITDA menor ou igual a dois e dívida líquida / (patrimônio líquido + dívida líquida) menor ou igual a 40%, entre outros. A Companhia contribui para a manutenção dos indicadores dentro dos limites.
- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de rating e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar



se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem "grau de investimento", ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), órgão regulador das atividades da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da transmissão.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7,7 bilhões, sendo R\$ 5,54 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 6,14 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$4,1 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões a dívida líquida.

O custo nominal da dívida da Companhia tem aumentado ao longo dos anos (14,41% ao ano, , em 31 de dezembro de 2015, 12,11% ao ano, em 31 de dezembro de 2014 e 10,76% ao ano, em 31 de dezembro de 2013). Entretanto, o custo real da dívida da Companhia tem diminuído (3,66% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2015, 5,37% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2014 e 4,66% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013). Isto é reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro ("CDI"). Em 30 de dezembro de 2015, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: CDI (83% do total), IPCA (16% do total) e 1% referente a outros indicadores.

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	2015	2014	2013
Endividamento do Patrimônio Líquido	2,27	2,02	1,07
Dívida Líquida / EBITDA	1,30	1,52	0,81
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida)	54%	64%	39%

Fonte: Companhia

- (1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido
- (2) LAJIDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.
- (3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa menos TVM.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos em que a Companhia figurava como parte, em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 (valores expressos em mil):



		2015 2014						2013
Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
KFW	2024	1,78%	Euro	4.474	7.153	11.627	10.526	
Dívida em Moeda Estrangeira				4.474	7.153	11.627	10.526	
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2018	104,10% do CDI	R\$	384.666	540.000	924.666	918.828	915.693
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.947	73.392	81.339	88.667	96.303
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$					500
Nota Promissória – 5ª emissão	2015	106,85% do CDI	R\$	-	-	-	1.483.984	
Nota Promissória – 6ª emissão	2016	120% do CDI	R\$	1.440.907	_	1.440.907	-	
Banco da Amazônia	2018	CDI + 1,90%	R\$	2.213	118.959	121.172	-	
FINEP	2018	TJLP + 5% e TJLP + 8%	R\$	3.165	5.485	8.650	12.095	13.271
Banco do Brasil S.A.	2017	108% do CDI	R\$	286.427	147.449	433.876	450.569	449.124
Consórcio Pipoca (2)	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185	185
Dívida em Moeda Nacional				2.125.510	885.285	3.010.795	2.954.328	1.475.076
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.129.984	892.438	3.022.422	2.964.854	1.475.076
Debêntures – Governo do Estado de MG	2031	IGP-M	R\$					59352
Debêntures (1) − 2ª série - 2ª Emissão	2015	IPCA + 7,68%	R\$	-	-	-	554.158	1.024.686
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	59.949	479.994	539.943	528.866	518.318
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	13.503	261.390	274.893	248.272	233.127
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	46.744	875.585	922.329	833.042	782.247
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R\$	501.398	-	501.398	501.172	
Debêntures (1) − 1ª série − 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	11.646	1.400.000	1.411.646	1.406.336	
Debêntures (1) − 1ª série − 6ª Emissão	2018	CDI*1,60%	R\$	67.248	970.008	1.037.256	-	
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.007	28.178	29.185	-	
Total de Debêntures				701.495	4.015.155	4.716.650	4.071.846	2.617.730
Total Geral				2.831.479	4.907.593	7.739.072	7.036.700	4.092.806

⁽¹⁾ Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

⁽²⁾ Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.



Segue breve descrição dos principais empréstimos e financiamentos em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2015 (para fins deste Formulário de Referência, foram considerados relevantes os contratos cujo saldo devedor, em 31 de dezembro de 2015, era superior a R\$ 50 milhões):

I. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.591, no valor de R\$152,5 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da Companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% para 109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 104,38 milhões.

II. Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592

Em outubro de 2009, foi celebrado o Contrato de Abertura Crédito Fixo 330.800.592, no valor de R\$428,4 milhões, destinados à rolagem de parte da dívida da companhia vencida naquele mês. O empréstimo contou com a garantia da CEMIG e será amortizado em três parcelas anuais, com início em outubro de 2010. Os encargos incidentes sobre a operação foram de 110% da variação do CDI. Em outubro de 2010, esse contrato foi aditado, prorrogando o vencimento da parcela vencida naquele mês para outubro de 2012 e alterando a taxa de juros de 110% da variação do CDI para 109,80% da variação do CDI. Em outubro de 2012, foi prorrogado novamente a data de vencimento para outubro de 2017 com taxa de juros de 108% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 292,51 milhões.

III. Contrato de Abertura de Crédito nº 08.2.1074.1

Em março de 2009, a Companhia celebrou com o BNDES, um contrato de abertura de crédito no valor total de R\$ 122 milhões, com a finalidade de implantar a UHE Baguari. O contrato teve como intervenientes a CEMIG e a Baguari Energia S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,34% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente durante o período de amortização, que será realizada em 192 parcelas mensais, sendo que o pagamento da primeira parcela ocorreu em agosto de 2010. O vencimento final do contrato será em julho de 2026 e o saldo devedor em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 81,34 milhões.

IV- Terceira emissão de debêntures simples

Em março de 2012, a Companhia concluiu a terceira emissão pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da quarta emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1 milhão, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.737,16 milhões.



V- Quarta emissão de debêntures simples

Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 501,40 Milhões

VII – Quinta emissão de debêntures simples

Em dezembro de 2014, a Companhia concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.411,65 milhões.

VIII – Sexta emissão de debêntures simples

Em julho de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 15 de julho de 2015, totalizando R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. A 6ª emissão de debêntures simples conta com o aval da sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das debêntures, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.066,44 milhões.

IX – Sexta emissão de notas promissórias



Em dezembro de 2015, a Companhia concluiu a 6ª emissão de notas promissórias comerciais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 144 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 30 de dezembro de 2015, totalizando R\$ 1.440.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos e quarenta milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento da 1ª(primeira) parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do leilão ANEEL 12/2015. A 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG. O saldo devedor das notas promissórias, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 1.440,91 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e suas Controladas e instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii . grau de subordinação entre as dívidas

Cerca de 99,7% da dívida da Companhia contam com garantia corporativa da CEMIG e cerca de 0,11% da dívida são garantidos por recebíveis da controladora.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Cemig GT tem um financiamento contratado com o BNDES, que foi utilizado para o aporte de capital em sua subsidiária Baguari Energia S.A., para a construção da UHE Baguari, com uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a CEMIG a providenciar, em até seis meses contados do fim do exercício social em que o índice de capitalização mínimo não fora obtido, a constituição de garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou a apresentação de balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários, que indique o retorno do índice de capitalização mínimo. Não houve, ao final de 2014, descumprimento desta cláusula.

A Cemig GT possui, ainda, um contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, utilizado para a construção da usina solar instalada na cobertura do estádio de futebol Mineirão. Este contrato não possui cláusula restritiva exclusiva, contudo faz referência aos covenants financeiros pactuados com qualquer outro credor da Empresa. Como o covenant financeiro do contrato celebrado com o BNDES não se aplica ao contrato celebrado com o KfW, por fazer referência ao indicador da CEMIG, o contrato de financiamento do Banco KfW, atualmente, não impõe qualquer restrição à Cemig GT.

Há nos contratos financeiros da Companhia cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Companhia pode requerer a autorização prévia do BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.



g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não tem limites de financiamento contratados.

(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

ATIVO (em R\$ milhões)	2014	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	283	1,84	291	2,35	(2,75)
Títulos e Valores Mobiliários –	1.899		601	4,86	215,97
Aplicação Financeira		12,37			
Consumidores e Revendedores	970	6,31	650	5,25	49,23
Concessionários - Transporte de	38		38	0,31	-
Energia		0,25			
Ativo Financeiro da Concessão	13	0,08	5	0,04	160,00
Tributos Compensáveis	42	0,27	60	0,48	(30,00)
Imposto de Renda e Contribuição	77		109	0,88	(29,36)
Social a Recuperar		0,50			
Dividendos a Receber	8	0,05	24	0,19	(66,67)
Estoques	5	0,03	6	0,05	(16,67)
Prêmio Repactuação Risco			-	-	-
Hidrológico	13	0,08			
Adiantamento a Fornecedores	87	0,57	-		-
Outros Créditos	82	0,53	75	0,61	9,33
TOTAL DO CIRCULANTE	3.517	22,88	1.857	15,00	89,39
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários –					
Aplicação Financeira	18	0,12	10	0,08	80,00
Tributos Compensáveis	24	0,16	41	0,33	(41,46)
Depósitos Vinculados a Litígios	221	1,44	174	1,41	27,01
Transações com Partes Relacionadas	2	0,01	2	0,02	-
Prêmio Repactuação Risco					
Hidrológico	50	0,33	-	-	-
Adiantamento a Fornecedores	60	0,39	-	-	-
Outros Créditos	326	2,12	86	0,70	279,07
Ativo Financeiro da Concessão	2.035	13,24	1.268	10,24	60,49
Investimentos	5.773	37,56	4.039	32,63	42,93
Imobilizado	3.308	21,52	4.850	39,18	(31,79)
Intangíveis	36	0,23	50	0,40	(29,41)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.853	77,12	10.521	85,00	12,66
TOTAL DO ATIVO	15.370	100,00	12.378	100,00	24,17

PASSIVO (em R\$ milhões)	2015	AV%	2014	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.129	13,85	2.211	17,86	(3,71)
Debêntures	701	4,56	666	5,38	5,26
Fornecedores	332	2,16	309	2,50	7,44
Impostos, Taxas e Contribuições	134	0,87	84	0,68	59,52



===				
	, .	-	-	-
			- ,	15,91
				21,74
_·			,	8,00
				8,57
				(85,71)
70	0,46	30	0,24	133,33
4.270	27,78	3.471	28,04	23,02
892	5,80	754	6,09	18,30
4.015	26,12	3.406	27,52	17,88
78		93	0,75	(16,13)
683		547	4,42	24,86
101		101	0,82	´ -
			ĺ	
378	ŕ	286	2,31	32,17
90	0,59	54	0,44	66,67
19	0,12	150	1,21	(87,33)
148	0,96	29	-	410,34
1	0,01	-	0,23	· -
6.405	41,67	5.420	43,79	18,17
10.675	69,45	8.891	71,83	20,07
1.838	11,96	1.700	13,73	8,12
2.497	16,25	1.309	10,58	90,76
360	2,34	478	3,86	(24,69)
4.695	30,55	3.487	28,17	34,64
15.370	100,00	12.378	100,00	24,17
	892 4.015 78 683 101 378 90 19 148 1 6.405 10.675	51 0,33 56 0,36 27 0,18 38 0,25 3 0,02 70 0,46 4.270 27,78 892 5,80 4.015 26,12 78 0,51 683 4,44 101 0,66 2,46 378 90 0,59 19 0,12 148 0,96 1 0,01 6.405 41,67 10.675 69,45 1.838 11,96 2.497 16,25 360 2,34 4.695 30,55	51 0,33 44 56 0,36 46 27 0,18 25 38 0,25 35 3 0,02 21 70 0,46 30 4.270 27,78 3.471 892 5,80 754 4.015 26,12 3.406 78 0,51 93 683 4,44 547 101 0,66 101 2,46 378 286 90 0,59 54 19 0,12 150 148 0,96 29 1 0,01 - 6.405 41,67 5.420 10.675 69,45 8.891 1.838 11,96 1.700 2.497 16,25 1.309 360 2,34 478 4.695 30,55 3.487	51 0,33 44 0,36 56 0,36 46 0,37 27 0,18 25 0,20 38 0,25 35 0,28 3 0,02 21 0,17 70 0,46 30 0,24 4.270 27,78 3.471 28,04 892 5,80 754 6,09 4.015 26,12 3,406 27,52 78 0,51 93 0,75 683 4,44 547 4,42 101 0,66 101 0,82 2,46 378 286 2,31 90 0,59 54 0,44 19 0,12 150 1,21 148 0,96 29 - 1 0,01 - 0,23 6.405 41,67 5.420 43,79 10.675 69,45 8.891 71,83 1.838 11,96 1.700 13,73 2.497 16,25 1.309 <t< td=""></t<>

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2015 em comparação a 2014 são como segue:

- Aumento de R\$1.298 milhões nos Títulos e Valores Mobiliários em função de recursos captados para pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão do lote D de geração vencido pela Companhia.
- Aumento de R\$1.734 milhões nos Investimentos em função principalmente da criação da Aliança Geração, com a transferência para essa Empresa de parte dos ativos de geração anteriormente mantido no Imobilizado da Companhia.
- Redução de R\$1.542 milhões no Ativo Imobilizado em função basicamente da questão mencionada acima.
- Aumento de R\$1.188 milhões na Reserva de Lucros em função da proposta de retenção do lucro de 2015 a ser submetida a Assembleia de Acionistas.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ATIVO (em R\$ milhões)	2014	AV%	2013	AV%	AH%

CIRCULANTE



0 1 1 1 1 0 1	201	2.25	1 105	10.55	(50.51)
Caixa e Equivalentes de Caixa	291	2,35	1.107	10,57	(73,71)
Títulos e Valores Mobiliários –	601	4,86	532	5,08	12,97
Aplicação Financeira					
Consumidores e Revendedores	650	5,25	674	6,43	(3,56)
Concessionários - Transporte de	38	0,31	29	0,28	31,03
Energia					
Ativo Financeiro da Concessão	5	0,04	2	0,02	150,00
Tributos Compensáveis	60	0,48	184	1,76	(67,39)
Imposto de Renda e Contribuição	109	0,88	68	0,65	60,29
Social a Recuperar					
Revendedores - Transações com	-	-	43	0,41	(100,00)
Energia Livre					
Dividendos a Receber	24	0,19	10	0,10	140,00
Estoques	6	0,05	6	0,06	-
Outros Créditos	75	0,61	59	0,56	23,73
TOTAL DO CIRCULANTE	1.857	15,00	2.714	25,91	(31,58)
NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE Títulos e Valores Mobiliários –	10	0,08	50	0,48	(80,00)
Títulos e Valores Mobiliários –	10	0,08	50	0,48	
	10	0,08	50	0,48	
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis		ŕ		ŕ	(80,00)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	41	0,33	40	0,38	(80,00) 2,50
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios	41 174	0,33 1,41	40 160	0,38 1,53	(80,00) 2,50 8,75
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios Transações com Partes Relacionadas	41 174 2	0,33 1,41 0,02	40 160 16	0,38 1,53 0,15	(80,00) 2,50 8,75 (87,50)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios Transações com Partes Relacionadas Outros Créditos	41 174 2 86	0,33 1,41 0,02 0,70	40 160 16 8	0,38 1,53 0,15 0,08	(80,00) 2,50 8,75 (87,50) 987,50
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios Transações com Partes Relacionadas Outros Créditos Ativo Financeiro da Concessão	41 174 2 86 1.268	0,33 1,41 0,02 0,70 10,24	40 160 16 8 777	0,38 1,53 0,15 0,08 7,42	(80,00) 2,50 8,75 (87,50) 987,50 63,19
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios Transações com Partes Relacionadas Outros Créditos Ativo Financeiro da Concessão Investimentos	41 174 2 86 1.268 4.039	0,33 1,41 0,02 0,70 10,24 32,63	40 160 16 8 777 1.519	0,38 1,53 0,15 0,08 7,42 14,50	(80,00) 2,50 8,75 (87,50) 987,50 63,19 165,90
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios Transações com Partes Relacionadas Outros Créditos Ativo Financeiro da Concessão Investimentos Imobilizado	41 174 2 86 1.268 4.039 4.850	0,33 1,41 0,02 0,70 10,24 32,63 39,18	40 160 16 8 777 1.519 5.138	0,38 1,53 0,15 0,08 7,42 14,50 49,05	(80,00) 2,50 8,75 (87,50) 987,50 63,19 165,90 (5,61)
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira Tributos Compensáveis Depósitos Vinculados a Litígios Transações com Partes Relacionadas Outros Créditos Ativo Financeiro da Concessão Investimentos Imobilizado Intangíveis	41 174 2 86 1.268 4.039 4.850 50	0,33 1,41 0,02 0,70 10,24 32,63 39,18 0,40	40 160 16 8 777 1.519 5.138 53	0,38 1,53 0,15 0,08 7,42 14,50 49,05 0,51	(80,00) 2,50 8,75 (87,50) 987,50 63,19 165,90 (5,61) (5,66)



PASSIVO (em R\$ milhões)	2014	AV%	2013	AV%	AH%
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	2.211	17,86	455	4,34	385,93
Debêntures	666	5,38	631	6,02	5,55
Fornecedores	309	2,50	214	2,04	44,39
Impostos, Taxas e Contribuições	84				
Juros Sobre Capital Próprio e	84	0,68	85	0,81	(1,18)
Dividendos a Pagar Salários e Encargos Sociais	-	-	906	8,65	(100,00)
Encargos Regulatórios	44	0,36	43	0,41	2,33
Participações nos Lucros	46	0,37	25	0,24	84,00
Transações com Partes Relacionadas	25	0,20	32	0,31	(21,88)
,	-	-	30	0,29	(100,00)
Obrigações Pós-Emprego	35	0,28	31	0,30	12,90
Concessões a Pagar	21	0,17	20	0,19	5,00
Outras Obrigações	30	0,24	49	0,47	(38,78)
TOTAL DO CIRCULANTE	3.471		2.521	24,07	_
	3.4/1	28,04	2,321	24,07	37,68
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos					
•	754	6,09	1.020	9,74	(26,08
Debêntures					
5 1 5	3.406	27,52	1.987	18,97	71,41
Provisões	93	0,75	57	0,54	63,16
Obrigações Pós-Emprego	547	4,42	524	5,00	4,39
Impostos, Taxas e Contribuições	317	1,12	321	3,00	1,5
	101	0,82	101	0,96	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	286	2,31	227	2,17	25,99
Encargos Regulatórios		·			
Concessões a Pagar	54	0,44	77	0,74	(29,87
Outras Obrigações	150	1,21	145	1,38	3,45
	29	0,23	1	0,01	2.800,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.420	43,79	4.139	39,51	30,95
TOTAL DO PASSIVO					
	8.891	71,83	6.660	63,58	33,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	1.700	13,73	893	8,53	90,37
Reservas de Lucros	1.309	10,58	2.385	22,77	(45,12)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	478	3,86	537	5,13	(10,99)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.487	28,17	3.815	36,42	(8,60
TOTAL DO PASSIVO E DO					-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.378	100,00	10.475	100,00	18,17

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2014 em comparação a 2013 são como segue:



- Redução de R\$816 milhões no Caixa e Disponibilidades de Caixa da Companhia, uma variação negativa de 74%, em função da aplicação dos recursos no Programa de Investimentos da Companhia em 2014.
- Aumento de R\$494 milhões nos ativos financeiros da concessão em função do envio pela Aneel do Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia referente à indenização dos ativos de transmissão em função da adesão a Lei 12.783/13, que correspondeu ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$1.239 milhões, gerando uma receita de atualização do ativo de R\$357 milhões.
- Aumento de R\$2.520 milhões no saldo de Investimentos em função da aquisição de participação na Renova, no valor de R\$1.550 milhões, aquisição de participação na SAAG Investimentos S.A de R\$ 697 milhões e aporte na Madeira Energia de R\$428 milhões. Maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.
- Aumento de R\$2.944 milhões no endividamento da Companhia, 71,92% de variação, em função da maior necessidade de recursos em 2014 para cumprir com as obrigações de compra de energia e novos investimentos. O endividamento de curto prazo aumentou R\$1.791 milhões, em função, principalmente, da captação de recursos através de nota promissória em 2014, no montante de R\$1.400 milhões, com vencimento previsto para junho de 2015.
- Aumento do Capital Social de R\$807 milhões em 2014 utilizando-se do saldo da Reserva de Lucros.



10.2. Os diretores devem comentar

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

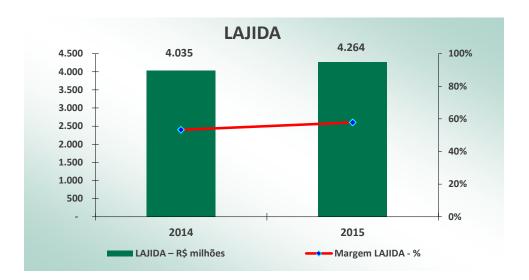
Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2015, um lucro líquido de R\$2.338 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.089 milhões no exercício de 2014, um crescimento de 11,92%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 5,68% em 2015 na comparação com 2014, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2015	2014	Var %
Resultado do Período	2.338	2.089	11,92
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	888	1.115	(20,36)
+ Resultado Financeiro Líquido	785	534	47
+ Amortização e Depreciação	253	297	(14,81)
= LAJIDA	4.264	4.035	5,68



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2015, em comparação com 2014 deve-se, principalmente, ao crescimento de 10,18% do resultado líquido do exercício que foi impactado pelo resultado de valor justo em reorganização societária cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento de 15,22% nos custos e despesas operacionais. A margem do LAJIDA passou de 53,30% para 57,80%.



Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2015 R\$ milhões	2014 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.916	5.619	5,29
Receita de Transmissão – com impostos	339	629	(46,10)
Receita de Construção	146	80	82,50
Transações com energia na CCEE	2.355	2.281	3,24
Receita de Indenização de Transmissão	101	420	(75,95)
Outras receitas operacionais	26	26	-
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.506)	(1.340)	12,39
Receita Operacional Líquida	7.377	7.715	(4,38)

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ m	ilhões	Preço Médio – R\$/MWh	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Industrial	18.465.652	21.026.305	3.630	3.229	196,58	153,57
Comercial	366.787	323.367	90	74	245,37	228,84
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	-	(3)	91	-	-
	18.832.439	21.349.672	3.717	3.394		
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	11.133.516	14.173.916	2.350	2.167	211,07	152,89
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(151)	58	-	-
	29.965.955	35.523.588	5.916	5.619		

^(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.916 milhões em 2015 em comparação a R\$5.619 milhões em 2014, representando uma crescimento de 5,29% decorrente, principalmente, do aumento no preço médio/MWh faturado compensado, parcialmente, pela redução de 15,64% na quantidade de energia comercializada.

Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, foi de R\$339 milhões em 2015 comparado a R\$629 milhões em 2014, representando redução de 46,10%.

Em 2014 o valor total da receita de transmissão contemplava o valor de R\$331 referente à receita do sistema de conexão. Em 2015, em função de alteração regulatória, este valor passou a ser reconhecido como parte do fornecimento bruto de energia.

O valor da RAP em 2015, R\$339 milhões, livre da receita de conexão, teve crescimento de 13,76% em comparação a 2014, no valor de R\$298 milhões, devido à atualização pela inflação e a novos investimentos no período, o que gera um incremento na receita.

Receita de Indenização da Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2015, uma Receita de Indenização de R\$101 milhões em comparação a R\$420 milhões em 2014. Esta variação decorre, principalmente, do reconhecimento, em 2014, da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/13. Mais informações vide Nota Explicativa nº 12.



Receita de Construção

A receita de construção e infraestrutura de transmissão foi de R\$146 milhões em 2015 comparadas a R\$80 milhões em 2014, apresentando aumento de 82,50%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.506 milhões em 2015 comparados a R\$1.340 milhões em 2014, registrando um crescimento de 12,39%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.134 milhões em 2015 em comparação com R\$3.588 milhões em 2014, representando um aumento de 15,22%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.601 milhões em 2015 comparados a R\$1.692 milhões em 2014, representando um aumento de 53,72%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 48,10% no volume de energia comprada em 2015 (15.273.685 MWh) comparado com 2014 (10.313.226 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015 comparados a R\$282 milhões em 2014, redução de 70,21%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina em 2015 para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Provisões Operacionais

As provisões foram de R\$106 milhões em 2015 comparados a R\$84 milhões em 2014, crescimento de 26,19%. Os principais eventos que impactaram o resultado estão descritos abaixo:

- Constituição de provisão para perda nas opções de venda da SAESA Santo Antônio Energia S/A no valor de R\$119 milhões em 2015 comparados a R\$29 milhões em 2014;
- Constituição, em 2014, de provisão no valor de R\$31 milhões para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia.



Vide mais informações sobre a composição das provisões na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou crescimento de 82,50%, R\$146 milhões em 2015 na comparação com R\$80 milhões em 2014. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Compensação Financeira pela Utilização de Resursos Hídricos - CFURH

O valor apurado para a CFURH foi de R\$99 milhões em 2015 comparado a R\$123 milhões em 2014. A partir de 2015, em atendimento às determinações do novo Manual de Contabilidade do Seto Elétrico - MCSE, em vigor à partir de 01 de janeiro de 2015, o valor referente à CFURH passou a ser reconhecido como dedução da receita.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$335 milhões em 2015 comparada a R\$304 milhões em 2014, representando um aumento de 10,20%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$861 milhões em 2015 comparado ao valor de R\$1.022 milhões em 2014, representando redução de 15,75%.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014, um crescimento de 47,00%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

Receita com atualização monetária sobre depósitos vinculados a litígios: reconhecimento da receita com variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios que apresentou um acréscimo na receita financeira no valor de R\$38 milhões em 2015;



- Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$12 milhões em 2015 comparado a 0,4 milhões em 2014. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2015;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: R\$7 milhões em 2015 decorrente da entrada em vigor, a partir de julho de 2015, do Decreto 8.426/2015, que estabeleceu as alíquotas para o PASEP e COFINS (0,65% e 4% respectivamente) incidentes sobre as receitas financeiras;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$795 milhões em 2015, comparados a R\$494 milhões em 2014, um crescimento de 60,93%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2015 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (13,23% em 2015 e 10,81% em 2014), aliada a um maior volume de recursos captados em 2015.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2015 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$888 milhões em relação ao Resultado de R\$3.226 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,53% de alíquota efetiva. Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(R\$ milhões)	2014	AV%	2013	AV%	AH%
RECEITA LÍQUIDA	7.715	100,00	5.230	100,00	47,51
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal (a)	(304)	(3,94)	(315)	(6,02)	(3,49)
Participação dos Empregados no Resultado	(55)	(0,71)	(59)	(1,13)	(6,78)
Obrigações Pós-Emprego	(48)	(0,62)	(40)	(0,76)	20,00
Materiais	(16)	(0,21)	(12)	(0,23)	33,33
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(282)	(3,66)	(56)	(1,07)	403,57
Serviços de Terceiros (b)	(172)	(2,23)	(167)	(3,19)	2,99
Depreciação e Amortização	(297)	(3,85)	(343)	(6,56)	(13,41)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(123)	(1,59)	(126)	(2,41)	(2,38)
Provisões	(84)	(1,09)	(55)	(1,05)	52,73
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(273)	(3,54)	(257)	(4,91)	6,23
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	(1.692)	(21,93)	(1.244)	(23,79)	36,01



Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	(80)	(1,04)	(91)	(1,74)	(12,09)
Perdas na Alienação da TBE (e)	-	-	(94)	(1,80)	(100,00)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	(161)	(2,09)	(105)	(2,01)	53,33
	(3.587)	(46,49)	(2.964)	(56,67)	21,02
Resultado de Equivalência Patrimonial	(389)	(5,04)	350	6,69	(211,14)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	3.739	48,46	2.616	50,02	42,93
Receitas Financeiras	145	1,88	303	5,79	(52,15)
Despesas Financeiras	(680)	(8,81)	(506)	(9,67)	34,39
Resultado Antes dos Impostos	3.204	41,53	2.413	46,14	32,78
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.056)	(13,69)	(673)	(12,87)	56,91
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(59)	(0,76)	71	1,36	(183,10)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.089	27,08	1.811	34,63	15,35

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$2.089 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$1.811 milhões no exercício de 2013, um crescimento de 15,35%.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2014 R\$ milhões	2013 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	5.619	4.769	17,82
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	629	490	28,37
Receita de Construção	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Transações com energia na CCEE	2.281	967	135,88
Outras receitas operacionais	26	22	18,18
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.340)	(1.130)	18,58
	7.715	5.230	47,51

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh		R\$ mi	lhões	Preço Médio – R\$/MWh	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Industrial	21.026.305	18.496.520	3.229	2.621	153,57	141,70
Comercial	323.367	300.801	74	64	228,84	212,77
Fornecimento Não Faturado, Líquido			91	(4)		



	21.349.672	18.797.321	3.394	2.681	158,97	142,63
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	14.173.916	16.481.464	2.167	2.070	152,89	125,60
Suprimento Não Faturado, Líquido	-	-	58	17	-	-
	35.523.588	35.278.785	5.619	4.769	158,18	135,18

(*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.619 milhões em 2014 em comparação a R\$4.769 milhões em 2013, representando um aumento de 17,82% decorrente, principalmente, do aumento de 17,01% no preço médio praticado.

Deve ser destacado que a maior contribuição para esse crescimento no preço médio ocorreu no suprimento a outras concessionárias, variação de 21,73%, em função, basicamente, do maior preço da energia em 2014, considerando o baixo nível dos reservatórios no período.

Receita de Transmissão

A receita de transmissão foi de R\$629 milhões em 2014 comparados a R\$490 milhões em 2013, aumento de 28,37% e é composta por:

- Receita de Concessão de Transmissão representada pela Receita Anual Permitida RAP, no montante de R\$298 milhões em 2014 e R\$241 milhões em 2013, devido a novos investimentos no período e atualização pela inflação da receita anterior;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, no montante de R\$331 milhões em 2014 comparados com R\$249 milhões no mesmo período de 2013, representando uma variação de 32,93% decorrente do maior volume de demanda de energia em função da incorporação de novos contratos.

Receita de Indenização da Transmissão

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2014, uma Receita de Indenização de R\$420 milhões em comparação a R\$21 milhões em 2013. Este aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento da receita de R\$357 milhões em virtude da indenização prevista para os ativos de transmissão, considerando a adesão a Lei 12.973/13. Mais informações vide Nota Explicativa nº 12.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.281 milhões em 2014 comparados a R\$967 milhões em 2013, um aumento de 135,88%. Esta variação decorre basicamente da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$688,89/MWh em 2014 e R\$263,06/MWh em 2013).

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.341 milhões em 2014 comparados a R\$1.130 milhões em 2013, registrando um crescimento de 18,67%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em



percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$3.588 milhões em 2014 em comparação com R\$2.964 milhões em 2013, representando um aumento de 21,05%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.692 milhões em 2014 comparados a R\$1.244 milhões em 2013, representando um aumento de 36,01%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 27,77% no volume de energia comprada em 2014 (10.313.226 MWh) comparado com 2013 (8.071.951 MWh), em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$282 milhões em 2014 comparados a R\$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94 milhões. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT para a TAESA.

Provisões Operacionais

As provisões foram de R\$84 milhões em 2014 comparados a R\$55 milhões em 2013, aumento de 52,73%. Esta variação decorre principalmente da maior provisão em 2014 para contingências trabalhistas em função de discussão judicial relacionada ao Acordo Coletivo da Companhia. Vide mais informações sobre a composição das provisões na Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$1.529 em 2014 comparado ao valor de R\$1.516 em 2013, representando um aumento de 0,86%.



Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$534 milhões em 2014 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$203 milhões em 2013, um crescimento de 163,05%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Receita com variação monetária: R\$13 milhões em 2014, comparados a R\$97 milhões em 2013, uma redução de 86,60%, decorrente, principalmente, do reconhecimento de R\$97 milhões em 2013 de atualização financeira de ganho obtido em processo judicial que discutia a ilegalidade da incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: em 2013, foi apurada uma receita de R\$61 milhões de tributos sobre as receitas financeiras decorrentes dos impactos de êxito obtido em processo judicial que discutia a incidência de PASEP/COFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$494 milhões em 2014, comparados a R\$317 milhões em 2013, um crescimento de 55,84%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2014 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013), aliada a um maior volume de recursos captados em 2014;

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.115 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 34,80% de alíquota efetiva. Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$602 milhões em relação ao Resultado de R\$2.413 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 24,94% de alíquota efetiva.

O aumento na alíquota efetiva em 2014 decorre da maior contribuição em 2013 do resultado de equivalência patrimonial, onde não existe incidência de tributação, para a formação do resultado, o que contribuiu para a redução da alíquota efetiva do ano anterior.

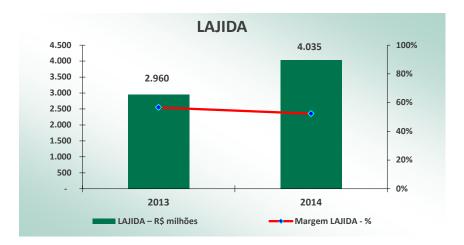
Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Financeiras.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou crescimento de 36,32% em 2014 na comparação com 2013, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2014	2013	Var %
Resultado do Período	2.089	1.811	15,35
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	1.115	603	84,91
+ Resultado Financeiro Líquido	534	203	163,05
+ Amortização e Depreciação	297	343	(13,41)
= LAJIDA	4.035	2.960	36,32





LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O crescimento do LAJIDA em 2014, em comparação com 2013 deve-se, principalmente, ao crescimento de 47,51% verificado na receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 25,52% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). A margem do LAJIDA passou de 56,60% para 52,31%.



10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2015. Em 24 de julho de 2014, a Light S.A. alienou a totalidade de sua participação no capital social de CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A., que representava 20% do capital total, pelo valor de R\$ 1.096 mil, que deverá ser atualizado pelo IGPM, acrescido de juros de 8% (oito por cento) ao ano até a data do efetivo pagamento, de forma que foi extinto o Acordo de Acionistas da E-Power celebrado entre a Companhia e a CR Zongshen, sem quaisquer obrigações remanescentes para as partes signatárias.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2013.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2014 a Companhia realizou as seguintes aquisições de participações societárias, com a descrição em milhares de Reais:

<u>Aumento de participação na usina de Santo Antônio mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne ("FIP Melbourne")</u>

No dia 06 de junho de 2014 foram alienadas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A., ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas, correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma estrutura de fundos de investimento em participações ("Fundos") e sociedade de propósito específico ("SPE" e, em conjunto com os Fundos, "Estrutura de Investimento").

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da Madeira Energia S.A. ("MESA").

Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,87% na MESA.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até a data de encerramento da concessão, em junho de 2043.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:



	Valores justos das participações adquiridas (7,87%)
Investimentos	1.099.450
Intangível	258.683
Imposto de Renda Diferido	(87.952)
Total da participação adquirida pela Companhia	697.796

Na data da aquisição, o valor justo dos ativos líquidos, proporcional a participação adquirida era de R\$527.055, sendo a diferença em relação ao valor da contraprestação transferida, no valor de R\$170.741, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

Adicionalmente ao valor pago de R\$697.796 para compra de 7,87% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R\$81.000, no quarto trimestre de 2014.

Entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova

A Cemig GT celebrou, em 2013, Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. ("Renova"), RR Participações S.A. ("RR"), Light Energia S.A. ("Light Energia") e Chipley SP Participações S.A. ("Chipley"). O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações ordinárias da Renova.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. ("Brasil PCH"), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. ("Jobelpa"), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta ("tag along"). Ao todo foram adquiridas 51% das ações ordinárias da Brasil PCH.

A aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Cemig GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

O Conselho de Administração da Renova aprovou em 20 de fevereiro de 2014 a atualização do aumento de capital da Renova, constante no Acordo de Investimento, pela correção do



CDI desde 31/12/2012 até 20/02/2014, resultando em R\$1.550.071 equivalentes a R\$0,0177789 por ação.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.128.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014, no valor de R\$810.128, e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley, no valor de R\$739.943.

Estes recursos, no montante de R\$1.550.071, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova.

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova, o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0177789 por ação, totalizando uma capitalização de R\$1.550.265, das quais 87.186.035 ações ordinárias pertencentes à Cemig GT, no valor total de R\$1.550.071.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Renova:

	Valores justos das participações adquiridas (27,37%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	56.124
Contas a receber	10.478
Outros Ativos	94.239
Investimentos	204.579
Ativo Imobilizado	1.026.968
Ativo intangível	1.295.222
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(697.164)
Impostos diferidos	(440.375)
Total dos ativos líquidos	1.550.071
AFAC Chipley para aquisição das ações da Brasil PCH	739.943
AFAC Renova	810.128

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES	ON	AÇÕES PN		TOTAL DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Bloco de controle	188.309.629	79,10	-	-	188.309.629	59,12
RR Participações	50.561.797	21,24	_		50.561.797	15,87
Light Energia	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
CEMIG GT	87.186.035	36,62	-	-	87.186.035	27,38



Outros Acionistas	49.786.482	20,90	80.408.816	100,00	130.195.298	40,88
RR Participações	9.560.093	4,02		-	9.560.093	3,00
BNDESPAR	9.311.425	3,91	18.622.850	23,16	27.934.275	8,77
InfraBrasil	11.651.467	4,89	23.302.933	28,98	34.954.400	10,97
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,30	10.940.586	13,61	16.410.879	5,15
Outros	13.793.204	5,78	27.542.447	34,25	41.335.651	12,99
Total	238.096.111	100,00	80.408.816	100,00	318.504.927	100,00

Outras Atividades com a Renova Energia S.A. em 2014

Em janeiro de 2014, ocorreu a criação na Renova Energia S.A. de 9 SPEs de Geração Eólica, com participação de 99%: as Centrais Eólicas Bela Vista II Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IV Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista V Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VI Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista VI Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista IX Ltda.; as Centrais Eólicas Bela Vista X Ltda. e as Centrais Eólicas Bela Vista XI Ltda.:

Em abril de 2014, ocorreu a criação, pela Renova Energia, de 17 SPEs de Geração Eólica, com sede em Guanambi – Bahia: Centrais Eólicas Umburanas 1 Ltda., Centrais Eólicas Umburanas 2 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 3 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 4 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 5 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 6 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 9 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 10 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 11 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 12 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 13 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 14 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 15 Ltda; Centrais Eólicas Umburanas 16 Ltda e Centrais Eólicas Umburanas 18 Ltda.

Em agosto de 2014, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento na Renova Energia, com a participação de 99,99% com o objetivo exclusivo de participação em leilões.

Em outubro de 2014, ocorreu a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova Energia S.A., na participação no capital votante de 36,62% e no capital total de 27,37% e a consequente alteração da participação da Light Energia S.A. no capital votante, de 33,51% para 21,2%, e no capital total, de 21,86% para 15,87%. Em 27 de outubro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Renova Energia S.A., subsidiária da Light Energia, aprovaram a homologação do Aumento de Capital no valor total de R\$1.550.264.983,19, por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$17,7789 por ação. A participação da Light Energia na Renova passou a ser de 15,9% do capital social total e de 21,2% das ações ordinárias, ficando mantidas todas as suas ações vinculadas ao Bloco de Controle.

Em novembro de 2014, ocorreu a constituição, pela Renova Energia S.A., de 2 empresas subholdings, denominadas Diamantina Eólica Participações S.A. e Alto Sertão Participações S.A., com 99,99% de participação, que tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, na área de geração de energia e na comercialização de energia elétrica.

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética ("RBE")

A Cemig GT concluiu, em 5 de setembro de 2014, a aquisição de 49,90% de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A ("RBE"). A RBE é titular da concessão de



exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios. O valor da consideração transferida relativa à participação indireta adquirida correspondeu a R\$150.837.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição de outubro de 2014 até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A.:

	Valores justos das participações adquiridas (49,90%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo Intangível	48.760
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
Total dos ativos líquidos	150.837

Na data da aquisição o valor justo dos ativos, proporcional à participação adquirida era de R\$118.656, sendo a diferença em relação ao valor justo da contraprestação transferida, no valor de R\$32.181, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

Alienação de participação societária em 2014

Em dezembro de 2014, exclusão na Cemig Geração e Transmissão do Consórcio Cosama, com participação de 49,00%.

Alienação de ativos de transmissão

Em 31 de maio de 2013, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, celebrado em 17 de maio de 2012, foram concluídas as transferências, através da alienação dos ativos, para a TAESA, (i) das participações societárias diretas das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) das participações societárias indiretas das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de



Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE (em conjunto chamadas "Grupo TBE").

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e a TAESA desembolsou, pela transferência dos ativos adquiridos, o valor total de R\$ 1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não, sendo o montante de R\$71.429 recebidos diretamente pela Companhia, em função da sua participação direta nos ativos da EBTE.

Por conta desta transação, a Cemig GT registrou uma perda no resultado, no montante de R\$62.092, líquida dos efeitos de impostos, referente à alienação dos ativos da EBTE, considerando que os demais ativos eram registrados na Cemig, controladora, como demonstrado abaixo:

	Efeitos apurados
Valor recebido pelos ativos	71.429
Valor contábil dos ativos	(165.509)
Subtotal	(94.080)
Efeitos fiscais – IR e CS	31.988
Efeito liquido no resultado do período	(62.092)

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A.

Em 24 de outubro de 2013, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A aprovaram a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA para a Cemig, conforme também deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a transferência foi realizada pelo custo histórico dos investimentos naquela data, sem impactos nos resultados da Cemig GT.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A ("Petrobrás"), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH ("CCVA Brasil PCH").

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. ("Renova"), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação da Cemig GT, da Renova e da Renovapar, com participações de 40%, 59% e 1%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. ("Jobelpa"), detentora de 2% das ações da BRA Brasil SIL PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta ("tag along").



A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943.

Celebração de Acordo de Investimento

A Cemig GT aprovou, em 2013, a celebração de Acordo de Investimento juntamente com Renova Energia S.A. ("RENOVA"), RR Participações S.A. ("RR"), Light Energia S.A. ("Light Energia") e Chipley SP Participações S.A. ("CHIPLEY"). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da RENOVA, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 14 de junho 2013.

O preço de emissão das ações da RENOVA será de R\$16,2266 por ação ordinária, sendo que a parcela do aumento do capital social da RENOVA a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$1.414.733. Os valores acima serão atualizados pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012. Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

A transação foi concluída em 29 de setembro de 2014.

<u>Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia</u> Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. ("Vale" e, em conjunto com Cemig GT, as "Partes"), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica ("Associação").

A Aliança Geração de Energia S/A será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. A participação da Cemig GT mencionada acima para a Associação foi avaliada em R\$2.029.900.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$206.000, 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S/A, que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S/A. ("Norte Energia") pertencentes à Vale ("Aquisição"). O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).



As partes elaboraram os contratos da Associação e de Aquisição estabelecendo o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

A eficácia das transações estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes e formalidades legais, como aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e anuência das suas instituições financeiras credoras, bem como aprovação das autoridades governamentais competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma de legislação aplicável.

Em 05 de agosto de 2014 A Cemig GT e a Vale celebraram Contrato Definitivo de Associação, regulando, dentre outras matérias, o ingresso da Cemig GT no Capital Social da Aliança Geração de Energia S.A., mediante a subscrição e integralização de 98.029 (noventa e oito mil e vinte e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Assim, a Cemig GT passou a deter 45% de participação no Capital Social Votante e Total da Aliança, enquanto a Vale detém 55% de participação no Capital Social Votante e Total da referida Empresa. O Contrato Definitivo prevê que, após o cumprimento das condições precedentes, o segundo aumento do Capital Social da Aliança ocorrerá na Data de Fechamento da operação, de modo que as ações a serem emitidas serão subscritas e integralizadas por Cemig GT e a Vale, preservando-se as participações de 55% para a Vale e 45% para a Cemig GT, mediante a transferência das participações, por elas detidas, nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga.

Com o atendimento de todas as condições precedentes, em 27 de fevereiro de 2015 a Associação foi concluída com o aporte de todos os ativos envolvidos na Aliança e em 31 de março de 2015 a Aquisição foi concluída com a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S/A, detentora da participação de 9% da Norte Energia S/A. (NESA), pertencentes à Vale ("Aquisição Aliança Norte"), correspondente a uma participação indireta na NESA de 4,41%. O Preço da Aquisição foi de R\$305.777.900,52 (trezentos e cinco milhões, setecentos e setenta e sete mil, novecentos reais e cinquenta e dois centavos) referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA até a data do fechamento, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 28-02-2015. Em 15 de abril de 2015 foi pago a atualização do Preço de Aquisição no valor de R\$3.905.995,91 (três milhões novecentos e cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), referente a atualização do valor no mês de março de 2015.

Atividades com a Renova Energia S.A. em 2015

Em janeiro de 2015, ocorreu a criação do Consórcio Renova Moinhos de Vento 2 na Renova Energia S.A com participação de 99,99%, com objetivo exclusivo de participação em leilões.

Acordo entre Renova, Terraform Global e SunEdison

Celebração de Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários entre a Renova, Terraform Global e a SunEdison por meio do qual a Companhia se compromete a contribuir determinados ativos operacionais na Terraform Global.



A Fase I da Operação, anunciada no dia 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

- (i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;
- (ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro;
- (iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Companhia que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (equity value) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento

A Fase II do Acordo consistia num contrato de permuta de ações de subsidiárias da Renova detentoras de ativos com 2.204,2 MW de capacidade instalada por ações da TerraForm Global por R\$ 13,4 bilhões de enterprise value. Uma das condições precedentes para a realização da Fase II do Acordo era a conclusão da venda da participação da Light no bloco de controle da Renova para a SunEdison. Com a não consumação da venda da participação, a Fase II do Acordo foi cancelada.

Outras atividades em 2015

Alienação de participação societária em 2015

Em janeiro de 2015, exclusão da EBL Companhia de Eficiência Energética S.A., de participação da Light Esco Prestação de Serviço S.A. de 33,00%.

c. eventos ou operações não usuais

Com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a Companhia não passou por quaisquer eventos ou realizou quaisquer operações não usuais que pudessem interferir em suas demonstrações financeiras.



10.4 - Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não ocorreu alteração significativa nas práticas contábeis em 2015 e 2014.

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retroativa. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures — Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A seguir, apresentamos um resumo dos principais efeitos nas Demonstrações Contábeis em função do mencionado no item anterior:

BALANCO PATRIMONIAL	01/01/2012					
BALANÇO PATRIMONIAL	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado			
Total do Ativo	11.649.033	-	11.649.033			
Passivo Circulante	5.194.152		5.194.152			
Passivo Não Circulante						
Benefícios Pós-Emprego	421.404	19.870	441.274			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.260	(6.756)	302.504			
Total do Passivo Não Circulante	1.368.805	13.114	1.381,919			



Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	799.788	(13.114)	786.674
Total do Patrimônio Liquido	5.086.076	(13.114)	5.072.962

		31/12/2012			
BALANÇO PATRIMONIAL	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado		
Total do Ativo	12.078.511	-	12.078.511		
Total do Passivo Circulante	2.389.760	-	2.389.760		
Passivo Não Circulante					
Benefícios Pós-Emprego	433.197	152.057	585.254		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.673	(51.699)	276.974		
Total do Passivo Não Circulante	4.282.345	100.358	4.382.703		
Patrimônio Líquido					
Ajuste de Avaliação Patrimonial	690.776	(100.358)	590.418		
Total do Patrimônio Liquido	5.406.406	(100.358)	5.306.048		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	NOTA	Publicado	Ajuste Passivo Atuarial	Saldo Ajustado
RESULTADO DO PERÍODO		1.919.485	-	1.919.485
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	a	(1.065)	362	(703)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	362	(362)	-
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado:				
Ganho/perdas atuariais relacionados a benefícios a empregados, líquido de impostos	a		(87.244)	(87.244)

Os principais pronunciamentos adotados em 2013 com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia foram:

a) Pronunciamento CPC 19 (R2) – IFRS 11 - Acordos de Participação

Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas.

b) Pronunciamento CPC 33(R1) – IAS 19 (revisada em 2011)

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional. Assim, o efeito decorrente da adoção das novas práticas



contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$494.066 (R\$78.684 em 1° de janeiro de 2012).

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Ressalvas:

O parecer dos auditores independentes para o exercício de 2015 contém a seguinte ressalva:

Ausência de evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento e resultado de equivalência da Amazônia Energia S.A., Aliança Norte Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo naquela data

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 1 e 13, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. ("Norte Energia") que está sendo objeto de investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Em decorrência da não finalização dessa investigação, os exames de auditoria das demonstrações financeiras da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. (que possuem investimentos na Norte Energia S.A.), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento detido na Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. pela Companhia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$871.442 mil em 31 de dezembro de 2015, e ao resultado negativo de equivalência patrimonial correspondente de R\$10.261 mil para o exercício findo naquela data.

Deve ser ressaltado que essa ressalva deve-se a não conclusão do trabalho de auditoria por investida, o que implicou em falta de evidência de auditoria para o investimento da Companhia na investida. Ou seja, a ressalva não decorre de procedimento incorreto utilizado pela Companhia e que tenha produzido impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes para os exercícios de 2014 e 2013.

<u>Ênfase:</u>

De acordo com a Resolução CFC Nº 1.233/09, se o auditor considera necessário chamar a atenção dos usuários para um assunto apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, segundo seu julgamento, tem tal importância e é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis, ele deve incluir parágrafo de ênfase no relatório, desde que tenha obtido evidência de auditoria suficiente e apropriada, de que não houve distorção relevante do assunto nas demonstrações contábeis. Tal parágrafo deve referir-se apenas a informações apresentadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.



No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2015, constam parágrafos de ênfase conforme abaixo:

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara ("UHE Jaguara") e São Simão ("UHE São Simão") tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No contexto da UHE Jaguara, no dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação da 1ª Seção do STJ a respeito da referida liminar sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou medida cautelar com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal ("STF") com o objetivo de imprimir direito suspensivo em face ao acórdão da 1ª Seção do STJ. Em 1 de fevereiro de 2016, foi publicada a decisão deferindo a liminar requerida, para suspender os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. No contexto da UHE São Simão, no dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguara na 1ª Seção do STJ em 24 de junho de 2015, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguara, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 31 de dezembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 mil do seu ativo imobilizado para a rubrica de "Outros ativos de longo prazo", considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Investigações relacionadas a certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos

Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Madeira Energia S.A. informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Madeira Energia S.A. e, consequentemente, da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2014, consta o seguinte parágrafo de ênfase:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3 e 14 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara ("UHE Jaguara") e São Simão ("UHE São Simão") tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Deve ser mencionado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.



No relatório dos auditores independentes de 31 de dezembro de 2013, não constam parágrafos de ênfases.



10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia é registrada como emissora da "Categoria B" e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.



10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem, dentre outros, a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia e arrendamentos operacionais.

Os valores informados pela companhia, como obrigações contratuais, demonstrados na tabela a seguir, não estão integralmente incluídos no balanço patrimonial por não possuírem todas as características necessárias para o reconhecimento como passivo. Uma obrigação contratual não é reconhecida nas demonstrações contábeis quando o contrato não foi integralmente cumprido ou não apresentam condições para reconhecimento da despesa correspondente ou mesmo de um ativo relacionado.

As obrigações contratuais descritas na tabela abaixo são decorrentes de contratos com as características acima descritas (em milhares de Reais):

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	2.831.479	2.096.710	1.718.209	152.446	310.751	629.477	7.739.072
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	17.192	18.224	19.317	20.476	21.705	86.745	183.659
Concessão Onerosa	2.811	2.417	2.184	1.972	1.771	10.234	21.389
Compra de Energia	3.359.407	3.611.840	3.148.782	2.510.085	2.525.216	32.310.505	47.465.835
Arrendamentos Operacionais	10.794	4.609	4.850	815	-	-	21.068
	6.221.683	5.733.800	4.893.342	2.685.794	2.859.443	33.036.961	55.431.023

Adicionalmente, a Companhia concedeu opção de venda as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG na usina de Santo Antônio, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto "Estrutura de Investimento"), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento ("Opções de Venda"), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado pro rata temporis, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Maiores informações sobre a opção de venda na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.



10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia e empréstimos e financiamentos.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.6, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

No caso da opção, o efeito seria a aquisição dos ativos relacionados a opção de venda oferecida aos demais acionistas da SAAG, empresa que tem participação na usina de Santo Antônio.

b. natureza e o propósito da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.6 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os compromissos estão apresentados no item 10.6 deste Formulário de Referência.



10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos

Além dos investimentos realizados pela CEMIG GT, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a CEMIG GT, deverá investir cerca de R\$ 4.025,9 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

Atividade	2016	2017	2018	Total
Programa Básico (1)	139,7	79,40	86,40	305,5
Geração	85,6	51,9	29,4	166,9
Transmissão	54,1	27,5	57,0	138,6

Aportes (2)	3.436,3	273,7	10,4	3.720,4
Total Geral (1) (2)	3.576,0	353,1	96,80	4.025,9

- Valores estimados, arredondados, em moeda de *junho/2015*, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa Cemig GT. Tais investimentos incluem itens como: reformas físicas em ativos existentes; reforços e operação de sistemas elétricos; segurança de pessoas e instalações; meio ambiente; infraestrutura de apoio abrangendo instalações prediais, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, segurança patrimonial e industrial, telecomunicações, sistemas de informática, microinformática e veículos.
- (2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG GT. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.
- (3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (4) Os montantes planejados para os anos de 2015, 2016 e 2017 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

iii. Desinvestimentos relevantes



Não houve desinvestimentos relevantes nos três últimos exercícios.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No ano de 2015, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

Investimentos em Geração:

A Companhia fez os seguintes investimentos em geração no exercício de 2015:

Aliança

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. ("Vale") e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga, empreendimento somente da Vale.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Além de ser uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, há a previsão de investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica.

Renova Energia S.A. - Renova:

A Renova iniciou o ano de 2015 focada na sua estratégia de comercializar, implantar e operar projetos de energia renovável.

No que tange a operação dos parques, os primeiros complexos implantados pela Renova, completaram 1 ano de operação. Os dados de geração dos complexos, mesmo nesse curto período de tempo, comprovaram a qualidade do vento na região e a estratégia acertada na execução dos projetos.

Também em 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no leilão de 2011 iniciaram a operação comercial.

Em maio de 2015, a Renova anunciou a operação com a TerraForm Global, na qual foram negociados determinados ativos operacionais. A operação tem por objetivo



aumentar a competividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento. Maiores detalhes na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Em 2016, a Companhia seguiu executando as obras para a fase A do Alto Sertão III, com capacidade instalada de 411,1 MW e entrega prevista entre 2016 e início de 2017.

Investimento na usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio), empreendimento onde a Cemig tem uma participação total de 18,05%, encerrou o ano de 2015 com 35 turbinas em operação. Juntas, representam uma capacidade de geração de aproximadamente 2.495 MW de energia. Somente em 2015, a hidrelétrica colocou três novas unidades geradoras em operação. Em novembro de 2016, quando a usina estará totalmente concluída e a plena carga, terá 50 turbinas em operação, elevando sua capacidade de geração para 3.568 MW e com um investimento superior a R\$20 bilhões.

Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), administrada pela empresa Norte Energia S.A., onde a Cemig tem uma participação de 11,69%, se localiza no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará. Atualmente, em fase de construção, fechou o ano de 2015 com 82% de suas obras concluídas.

A UHE de Belo Monte conta com duas casas de força, Belo Monte e Pimental: a primeira é a principal com dezoito turbinas com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW e a segunda, uma auxiliar com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte torna-se responsável por 8,7% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Tree Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW).

O empreendimento está demandando um investimento de R\$25,8 bilhões (moeda de abril de 2010), no qual se inclui R\$3,7 bilhões em ações sociais compensatórias. No primeiro semestre de 2016 entrarão em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal está prevista para o final do mês de março, agregando 593 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.



UHE Itaocara:

O Consórcio UHE Itaocara, constituído pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (49%) e pela Itaocara Energia Ltda. (51%), subsidiária integral da Light S.A., foi o vencedor da concessão da UHE Itaocara I, com potência instalada de 150 MW. O empreendimento será construído no rio Paraíba do Sul, na região noroeste fluminense, e abrangerá os municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, em Minas Gerais. O início das obras está previsto para 2016 e a expectativa é que sejam gerados cerca de 1.200 empregos diretos e de 2.200 indiretos, no pico de obra. Destaca-se, ainda, que o Consórcio UHE Itaocara já possui a Licença de Instalação (LI), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Declaração de Utilidade Pública (DUP), emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Em agosto de 2015 as quatro subsidiárias integrais da Guanhães Energia, detentoras de autorização para implantação e exploração das PCHs, sagraram-se vencedoras no Leilão A-3 de Energia Nova da ANEEL nº 04/15. A vitória no certame, além de garantir a celebração de contratos de compra e venda de energia a preços superiores aos praticados atualmente, garantirá ao projeto previsibilidade de receitas até o final do período de concessão das PCHs.

O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs.

- c) novos produtos e serviços, indicando:
- i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;
- ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;
- iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;
- iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.



10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2015, 2014 e 2013 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.



ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA ATÉ 29 DE ABRIL DE 2016

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 29 de abril de 2016, da proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2016, em milhares de Reais.

Investimentos planejados para 2016

Sistema elétrico	66.441
Infraestrutura	18.752
Aportes em controladas e coligadas	1.222.135
Pagamento de outorga – leilão lote D	1.440.629
Outros	4.623
	2.752.580



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 29-04-2016, referente à destinação do Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$2.337.663 mil, e ao saldo de Lucros Acumulados, no montante de R\$47.761 mil, conforme a seguir: a) R\$635.407 mil sejam destinados ao pagamento de dividendos, sendo: 1- R\$195.407 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, conforme CRCA-100/2015, de 17-12-2015, e CRD-557/2015, de 04-01-2016, a serem pagos em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2016 e a segunda até 30-12-2016, cabendo à Diretoria Executiva observar os prazos, determinar os locais e os processos de pagamento e efetuar a imputação dos juros sobre capital próprio ao dividendo mínimo obrigatório, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 30-12-2015. As ações passaram a ser negociadas ex-direitos em 04-01-2016; e, 2- R\$440.000 mil na forma de dividendos intercalares, conforme CRCA-104/2015, de 17-12-2015, com pagamento até 30-12-2015, sendo que poderá ser antecipado, conforme disponibilidade de caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas em 16-12-2015; b) R\$116.883 mil, relativos a 5% do Lucro Líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea "a" do parágrafo único do artigo 21 do Estatuto Social; c) R\$1.612.438 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos previstos para o exercício de 2016, conforme orçamento de capital; e, d) R\$20.696 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene. Após analisarem atentamente a aludida proposta e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes à matéria, os membros do Conselho Fiscal opinaram favoravelmente à sua aprovação por aquela Assembleia.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

aa.) Charles Carvalho Guedes
 Márcio Almeida do Amaral
 Edson Moura Soares
 Ronaldo Dias
 Bruno Gonçalves Siqueira



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31-12-2015, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 29-04-2016.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

aa.) Charles Carvalho Guedes Márcio Almeida do Amaral Edson Moura Soares Ronaldo Dias Bruno Gonçalves Siqueira





Deloitte Touche Tohmatsu Rua Paraíba, 1122 20º e 21º andares 30130-141 - Belo Horizonte - MG Brasil

Tel: +55 (31) 3269-7400 Fax: +55 (31) 3269-7470 www.deloitte.com.br

<u>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES</u> FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Cemig Geração e Transmissão S.A. <u>Belo Horizonte - MG</u>

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Ausência de evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento e resultado de equivalência da Amazônia Energia S.A., Aliança Norte Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo naquela data

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 1 e 13, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. ("Norte Energia") que está sendo objeto de investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Em decorrência da não finalização dessa investigação, os exames de auditoria das demonstrações financeiras da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. (que possuem investimentos na Norte Energia S.A.), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento detido na Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. pela Companhia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$871.442 mil em 31 de dezembro de 2015, e ao resultado negativo de equivalência patrimonial correspondente de R\$10.261 mil para o exercício findo naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfase

Renovação da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara ("UHE Jaguara") e São Simão ("UHE São Simão") tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça ("STJ") em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No contexto da UHE Jaguara, no dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a manifestação da 1ª Seção do STJ a respeito da referida liminar sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou medida cautelar com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal ("STF") com o objetivo de imprimir direito suspensivo em face ao acórdão da 1ª Seção do STJ. Em 1 de fevereiro de 2016, foi publicada a decisão deferindo a liminar requerida, para suspender os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. No contexto da UHE São Simão, no dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguara na 1ª Seção do STJ em 24 de junho de 2015, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguara, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 31 de dezembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 mil do seu ativo imobilizado para a rubrica de "Outros ativos de longo prazo", considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investigações relacionadas a certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos

Conforme mencionado nas notas explicativas n° 1 e 13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na nota explicativa n° 13 às demonstrações financeiras, a Madeira Energia S.A. informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Madeira Energia S.A. e, consequentemente, da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG Marcelo Salvador Contador CRC-1MG 089.422/O-0



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2015 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, A REALIZAR ATÉ 29-04-2016.

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A

	31-12-2015 R\$ mil
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	2.337.663
Dividendos ordinários – 50% do lucro	1.168.832
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	29.311
	1.198.143
Dividendos Propostos-	
Juros sobre Capital Próprio	195.407
Dividendos intercalares	440.000
Total	635.407
Dividendos por ação - R\$	
Dividendos Obrigatórios Estatutários	0,41
Dividendos Propostos	0,22



<u>Itens 12.5 e 12.6</u>

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
	10/11/1046	Pertence apenas ao Conselho de	22/01/2015	a:
Allan Kardec de Melo Ferreira	19/11/1946	Administração	22/01/2015	Sim
054.541.586-15	Advogado	Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 Até a AGO a	100%
	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Membro do Comitê de Recursos Humanos	Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. O Sr. Melo Ferreira atuou como membro do Conselho Fiscal do [Grupo Oi] de 1993 a 2014, como [presidente do Comitê de Supervisão] da Oi S.A. no período de 1993 a 2014 e [membro dos Comitês de Supervisão] da Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telemar Participações S.A., Coari Participações S.A. e Contax S.A. no período de [--] a [--], sendo certo que todas as sociedades ora mencionadas [não possuem ligação acionária com a Companhia]. Adicionalmente, foi sócio-consultor da [PJF Consultoria] de 1993 a 2014, prestando serviços de consultoria de gestão a diversas sociedades, bem como em processos de leilão do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), da BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Ministério das Comunicações e ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	26/06/1966	Pertence ao Conselho de Administração	30/04/2013	Não
539.109.746-00	Eletricitário	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013 Até a AGO a realizar-se em	100%
Técnico de Gestão Administrativa	Não	02	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz foi técnico Administrativo da Cemig Geração e Transmissão S.A.. Desde 2009, é membro efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. – CEMIG e da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado		% participação nas reuniões



Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	28/05/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	22/01/2015	Sim
561.966.446-53	Médico	Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em	100%
Membro coordenador do Comitê de Estratég	giaSim – Dow Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior é formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Epidemiologia pela mesma universidade, tendo concluído o doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Entre 2011 e 2014, foi Secretário de Atenção à Saúde, do ministério da Saúde.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	05/10/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração Presidente do Conselho de	22/01/2015	Sim
098.044.046-72	Economista	Administração	220/01/2015	100%



Membro do Comitê de Governança

Corporativa e Sustentabilidade e de

Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de Controladas e Coligadas.

Sim – Dow Jones

01

Até a AGO a realizar-se em

2016.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia Regional pelo CEDEPLAR/UFMG e PhD (Doutor) em Economia pela Universidade de Manchester-Inglaterra. O Sr. Beltrão da Silva exerceu o cargo de Secretário de Finanças da Prefeitura de Belo Horizonte de janeiro de 2006 a julho de 2012. De março de 2009 a julho de 2014 foi Presidente da PBH Ativos S.A. De abril de 2013 a dezembro de 2014, ocupou o cargo de Assessor do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior. Foi também Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de abril de 2013 a dezembro de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Marco Antônio de Rezende Teixeira 371.515.926-04	23/09/1956 Advogado	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 22/01/2015 Até a AGO a	Sim 100%
Membro do Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade.	Sim – Dow Jones	01	realizar-se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Marco Antônio de Rezende Teixeira formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Sr. Rezende Teixeira



atua como advogado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, desde 1983. Foi procurador Geral do Município de Belo Horizonte de 1997 a 2012. O Sr. Rezende Teixeira é Sócio Gerente da Rezende Teixeira Sociedade de Advogados, desde 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Marco Antonio Soares da Cunha Castello		Pertence apenas ao Conselho de		
Branco	19-08-1960 Engenheiro	Administração	22/01/2015	Sim
371.150.576-72 Membro do Comitê de Desenvolvimento de	metalurgista	Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015 Até a AGO a	92%
Negócios e Controle Empresarial de	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Controladas e Coligadas.	Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Membro do Conselho Consultivo da HYDAC Tecnologia do Brasil Ltda, desde 2010. Atua como Membro do Conselho de Administração da Diferencial Energia Participações S.A. desde 2011.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Mauro Borges Lemos	23-04-1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração Vice-Presidente do Conselho de	22/01/2015	Sim
316.720.516-49	Economista	Administração	22/01/2015 Até a AGO a realizar-se em	100%
Não há	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Professor titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 1980, o Sr. Mauro Borges é doutor em Economia pela Universidade de Londres, na Inglaterra, com pós-doutorado na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, e na Universidade de Paris, na França. De fevereiro a dezembro de 2014, foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mauro Borges também foi presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) no período de 2011 e membro dos Conselhos de Administração do BNDES e do BNDESPAR, sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia, no período de fevereiro a dezembro/2014. O Sr. Borges exerceu no período de vários cargos de direção na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentre os quais chefe do Departamento de Ciências Econômicas, coordenador do Programa de Pós-Graduação de Economia e diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Cedeplar).

Nome Data de nascimento Órgão administração	Data da eleição Foi eleito pelo controlador
---	---



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Nelson José Hubner Moreira	16/03/1954	Administração	22/01/2015	Sim
	Engenheiro	-		
443.875.207-87	Eletricista	Conselho de Administração (efetivo)	22/01/2015	92%
		,	Até a AGO a	
Membro do Comitê de Governança	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Corporativa e Sustentabilidade.	Jones	01	2016.	
		10 11 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Nelson José Hubner Moreira formou-se em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (RJ) com especialização em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de 2009 a 2013.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		



Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Guy Maria Villela Paschoal foi Membro da Câmara de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais no; na Furnas Centrais Elétricas S.A., sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, participou da Junta de Consultores dos Projetos Hidrelétricos do Rio Madeira no período de 2003-2008; e, na Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A., sociedade que também não possui ligação acionária com a Companhia, foi Consultor da Presidência e membro do Comitê Diretor do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte no período de 2003-2008. Na Cemig Distribuição S.A. – CEMIG, controladora da Companhia, o Sr. Paschoal foi membro suplente do Conselho de Administração e consultor para os aproveitamentos de Santo Antônio e Jirau no período de 2003-2008. Desde 2008, o Sr. Paschoal é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
	20/04/4020	Pertence apenas ao Conselho de	20/04/2012	
Eduardo Borges de Andrade	30/04/1938	Administração	30/04/2013	Não
000.309.886-91	Engenheiro	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013	33%
Membro efetivo do Comitê de Governança			Até a AGO a	
Corporativa e Sustentabilidade	Não	02	realizar-se em	



2016.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Eduardo Borges de Andrade possui os seguintes cargos: na Andrade Gutierrez S.A., sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, é Membro do Conselho de Administração, na Andrade Gutierrez Concessões S.A., sociedade que também não possui ligação acionária com a Companhia, é Presidente do Conselho de Administração; na CCR S.A., sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, é Presidente do Conselho de Administração; na Light S.A., sociedade integrante do grupo econômico da Cemig Holding, é Presidente do Conselho de Administração; na Fundação Dom Cabral, entidade que não possui ligação acionária com a Companhia, é Membro do Conselho Curador. Adicionalmente, o Sr. Borges de Andrade é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Ricardo Coutinho de Sena 090.927.496-72	04-03-1948 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	20/01/2016 20/01/2016 Até a AGO a	Não
Não há	Não	01	realizar-se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Coutinho de Sena é membro do Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões S.A., companhia que presidiu desde sua



fundação até o início de 2013. De setembro de 2013 até março de 2014 participou como membro do Comitê Executivo da Holding do Grupo AG. Desde março de 2013 é Presidente da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais, com Pós-graduação em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Antes de iniciar sua atuação no Grupo Andrade Gutierrez, atuou na M. Roscoe – Engenharia, Indústria e Comércio, onde foi Diretor Técnico. De 2000 até 2013, como Presidente e membro de Conselho de Administração da Andrade Gutierrez Concessões, liderou dezenas de projetos no Brasil e América Latina em parceria com sócios canadenses, americanos, franceses, portugueses e brasileiros. É membro dos Conselhos de Administração da CCR S.A. desde junho/2000 e da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde agosto/2010 até abril/2015, sendo reeleito em janeiro/2016. Já exerceu os cargos de Conselheiro de Administração da Dominó Holdings que possui participação acionária na Sanepar – Companhia de Saneamento do Estado do Paraná, da Quiport - Concessionária do Aeroporto Internacional de Quito – Equador e da Light e Light Serviços de Eletricidade S.A. – concessionária de serviços de energia elétrica do Rio de Janeiro. Foi membro dos Conselhos de Administração da Telemar Participações S.A. de abril/2011 até novembro/13, da CTX Participações S.A. de abril/2011 até novembro/13. É membro do Conselho Consultivo da ABCR - Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	25/10/1961	Administração	30/04/2013	Sim
400.540.200-34	Engenheiro Civil	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013	83%
Membro do Comitê de Governança	_	·	Até a AGO a	
Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê e	de		realizar-se em	
Estratégia.	Não	03	2016.	



O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia: Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000. Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011. Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012. Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Porte Companhia Operadora de Rodovias S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011; Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A. Adicionalmente, o Sr. Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia: Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José Henrique Maia 007.936.206-00	15-03-1942 Engenheiro Civil	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a	Sim 71%
Não há	Não	01	realizar-se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

José Henrique Maia formou-se em Engenharia pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1967. Possui o curso de Especialização em Engenharia Rodoviária pelo Instituto de Pesquisas Rodoviária – IPR. Iniciou sua carreira no mesmo ano na Andrade Gutierrez



como Engenheiro auxiliar de Obras. No ano seguinte tornou-se Engenheiro Chefe de Obras, função na qual executou obras de pavimentação e terraplenagem para o antigo DNER e para o DER do estado de S. Paulo. Posteriormente trabalhou na implantação da Infraestrutura do Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia, sendo responsável por várias obras, entre elas a da Barragem de Segurança. Coordenou as equipes de Infraestrutura da Andrade Gutierrez na Implantação da Siderúrgica da Açominas sendo responsável pela movimentação de cerca de 100.000.000 de metros cúbicos de solo. Assumiu a Superintendência Técnica onde dirigiu as equipes responsáveis pela preparação do planejamento e orçamentação de diversas concorrências entre elas a do Aeroporto de Confins. Como superintendente de obras foi responsável pelas obras do Ministério da Aeronáutica para implantação do Centro Aero espacial de Alcântara, da expansão da Fábrica de Alumínio da Alcoa, da infraestrutura e das Edificações da Mineração São Bento, da Gencor. Assumiu uma das Diretorias Comerciais responsável pelas obras da região Sul, parte da região Nordeste e do Centro Sul, função que exerceu até se aposentar em 08/07/1998. Após esta data permaneceu no grupo Andrade Gutierrez, que não possui ligação acionária com a Companhia, na função de Consultor.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Saulo Alves Pereira Junior	13-01-1971	Administração	30/04/2013	Sim
	Engenheiro			
787.495.906-00	Eletricista	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2013	96%
Membro dos Comitês de Apoio; de Estratégi	a;			
e, de Desenvolvimento de Negócios e			Até a AGO a	
Controle Empresarial de Controladas e			realizar-se em	
Coligadas do Conselho de Administração	Não	03	2016.	



Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico. Adicionalmente, o Sr. Saulo Alves Pereira Junior é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
José Pais Rangel	09/09/1940	Administração	30/04/2014	Sim
239.775.667-68 Membro coordenador do Comitê de	Advogado	Conselho de Administração (efetivo)	30/04/2014 Até a AGO a	100%
Desenvolvimento de Negócios e Controle	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Empresarial de Controladas e Coligadas	Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM. Adicionalmente, o Sr. José Pais Rangel é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2014..



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Luiz Guilherme Piva	02-06-1962	Administração	22/01/2015	Sim
454442936-68	Economista	Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015	100%
Coordenador do Comitê de Fianças, Auditori	a			
e Risco, membro dos Comitês de Apoio ao				
Conselho de Administração e de			Até a AGO a	
Desenvolvimento de Negócios e Controle	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Empresarial de Controladas e Coligadas.	Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Piva formou-se em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas de 2007 a 2012, na LCA Consultores. Atuou como Diretor de Investimentos na Angra Partners de 2012 a 2013. Foi CEO da Itatiaia Móveis de 2013 a 2014. Atua como Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais do BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Guilherme Piva é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo



da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence ao Conselho de Administração		
Franklin Moreira Gonçalves	12/10/1970	e à Diretoria Outros Conselheiros / Diretores - Conselheiro (suplente) e Diretor de	30/04/2013	Sim
754.988.556-72	Analista de sistemas	Geração e Transmissão	30/04/2013 Até a AGO a realizar-se em	17%
Não há.	Sim – Dow Jones	03	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Moreira Gonçalves é formado em Análise de Sistemas pela Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, com MBA em Liderança e Gestão de Empresas Estatais pela Fundação FranklinCovey Business School/Fundação Coge, Rio de Janeiro. Foi técnico de Operação do Sistema do Departamento de Supervisão e Controle da Operação do Sistema Cemig (Diretoria de Geração e Transmissão) e da Superintedência de Engenharia de Operação da Distribuição (Diretoria de Distribuição) da Cemig. Secretário de Energia da Federação Nacional dos Urbaniários (FNU). Filiado à CUT, de 2003 a 2009, presidente da FNU-CUT desde 2009 e diretor do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindieletro-MG) de 1993 a 2014. É, também, membro do Conselho de Administração das seguintes sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia: Transmissora Brasileira de Energia (TBE), do conselho do Plano Brasil Maior (conselho de âmbito federal para energias renováveis), do Conselho Estadual de Energia de Minas Gerais, do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. Adicionalmente, o Sr. Franklin Moreira Gonçalves é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde Abril 2006. Atualmente é Diretor de Geração e Transmissão da Companhia Energética de Minas Gerais.



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Wieland Silberschneider	03-11-1960	Administração	22/01/2015	Sim
451960796-53	Economista	Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015 Até a AGO a	92%
Membro do Comitê de Finanças, Auditoria e			realizar-se em	
Riscos.	Sim – Dow Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Silberschneider é formado em economia pela PUC-Minas, com especialização em Teoria e Operação de uma Moderna Economia Nacional pelo Institute for Brazilian Business and Public Management Issues/ George Washington University - Washington DC, em Orçamento, Controle e Contabilidade pelo Instituto de Estudios Fiscales – Ministerio de Hacienda/Madrid-Espanha e em Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, pelo Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil/FMI. Cursou mestrado em Sociologia Urbana e Industrial pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG e doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR - Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Desde 2005 atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e também como Consultor de Programas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Adicionalmente, o Sr. Wieland Silberschneider é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo



da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Bruno Westin Prado Soares Leal	10-09-1983	Administração	22/01/2015	Sim
055.230.506-52	Economista	Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015	67%
Coordenador do Comitê de Apoio ao			Até a AGO a	
Conselho de Administração e de Finanças,			realizar-se em	
Auditoria e Riscos.	Sim – Dow Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Soares Leal é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, tendo concluído o mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, desde maio de 2009. Conselheiro Fiscal da Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, desde maio 2012. Adicionalmente, o Sr. Bruno Westin Prado Soares Leal é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento Órgão administração	Data da eleição Foi eleito pelo controlador
------	--	---



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		_
Antônio Dirceu Araújo Xavier	26-08-1943	Administração	22/01/2015	Sim
068412446-72	Advogado	Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015	100%
			Até a AGO a	
	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Membro do Comitê de Recursos Humanos.	Jones	01	2016.	

O Sr. Xavier é formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cursos de extensão na Universidade de Harvard, EE.UU. e na Faculdade Internacional de Direito Comparado de Estrasburgo, França. Trabalhou na Cemig de 1972 a 2001, onde chegou a ocupar o cargo de Assistente da Diretoria com atuação no contencioso da empresa. Atuou na Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. como Chefe da Procuradoria Jurídica e na Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG, como Assessor da Presidência. De 2001 a 2014 atuou como advogado, com foco no Direito da Eletricidade, vasta experiência nas áreas de administração geral, gestão, processos, procedimentos operacionais, além do gerenciamento e coordenação de equipes multidisciplinares. Adicionalmente, o Sr. Antônio Dirceu Araújo Xavier é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões



Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Ricardo Wagner Righi de Toledo	01-09-1957	Administração	22/01/2015	Sim
299492466-87	Administrador	Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015	17%
		, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	Até a AGO a	
Membro dos Comitês de Apoio ao Conselho	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
de Administração e de Estratégia.	Jones	01	2016.	

O Sr. Toledo é formado em Administração de Empresas, com MBA em estratégia empresarial pela FGV/OHIO e pós-graduações em Finanças e Gestão empresarial. Cursou o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC e o PGA no INSEAD. Economista desde 2012. De 2008 a 2011, foi Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas da Usiminas S.A. e membro do Conselho de Administração da Mineração Usiminas e Soluções Usiminas S.A. Atua como Consultor Independente em estratégia, governança e inovação empresarial na Innovare Consultoria Ltda., todas sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Wagner Righi de Toledo é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Samy Kopit Moscovich	09-01-1962	Pertence apenas ao Conselho de	30/04/2015	Sim



432564816-04	Economista	Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2015	67%
		consolute de l'animatingue (oupliente)	Até a AGO a	0.70
			realizar-se em	
Não há	Não	01	2016.	

O Sr. Moscovich é formado em Ciências Econômicas pela FACE-Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e possui Mestrado em Geografia, pelo IGC-Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerias. De abril de 2010 a janeiro 2015 ocupou o cargo de assessor de Diretoria do BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; De março de 2009 a fevereiro de 2010 ocupou o cargo de Especialista em Competitividade Industrial da ABDI-Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. Adicionalmente, o Sr. Samy Kopit Moscovich é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
	22 11 1056	Pertence apenas ao Conselho de	22/01/2015	a:
Carlos Fernando da Silveira Vianna	23-11-1956	Administração	22/01/2015	Sim
319830656-68	Engenheiro	Conselho de Administração (suplente)	22/01/2015	100%
	C	3 \ 1 /	Até a AGO a	
Membro dos Comitês de Apoio ao Conselho	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
de Administração e de Estratégia.	Jones	01	2016.	



O Sr. Vianna é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, pós-Graduação "lato sensu" em Administração Pública, pela The George Washington University, em Washington/DC e MBA, em Gestão Organizacional, pelo IBMEC. Ingressou no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, onde desde 2011 atua na assessoria de Inovação da presidência do BDMG. Adicionalmente, o Sr. Carlos Fernando da Silveira Vianna é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Flávio Miarelli Piedade	28-01-1967	Administração	30/04/2014	Sim
703.736.396-00	Administrador	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2014	96%
Membro efetivo dos Comitês de Apoio ao			Até a AGO a	
Conselho de Administração, Estratégia e de	Sim – IBGC e Dow		realizar-se em	
Finanças, Auditoria e Riscos	Jones	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Piedade atua no Araujo Fonte com prospecção e condução de processos de M&A e operações estruturadas diversas desde 2013; anteriormente, atuava no Citibank / Credicard como Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, *head* da Credicard Fianciamentos, condução de processos de expansão da companhia no período de 2009 a 2012. Adicionalmente, o Sr. Flávio Miarelli Piedade é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da



Companhia, desde abril de 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Tarcisio Augusto Carneiro	10-06-1960	Administração	30/04/2013	Sim
372.404.636-72	Engenheiro Civil	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	100%
Membro dos Comitês de Recursos Humanos	e		Até a AGO a	
do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos do			realizar-se em	
Conselho de Administração.	Não	03	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Tarcisio Augusto Carneiro atua na Andrade Gutierrez Concessões S/A como Executivo da Empresa desde 1998. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Adicionalmente, o Sr. Tarcisio Augusto Carneiro é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Bruno Magalhães Meniucci	26-11-1986 Engenheiro de	Administração	30/04/2013	Sim
081.100.286-16	Produção	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	100%
Membro dos Comitês de Estratégia; de	-			
Finanças, Auditoria e Riscos e de			Até a AGO a	
Desenvolvimento de Negócios e Controle			realizar-se em	
Empresarial de Controladas e Coligadas.	Não	02	2016.	

O Sr. Bruno Magalhães Menicucci é assistente, na AGC Energia S.A., controladora da Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Adicionalmente, o Sr. Bruno Magalhães Meniucci é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2011.

Nome	Data de nasciment	o Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões



Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
Marina Rosenthal Rocha	22-09-1982	Administração	30/04/2013	Sim
060.101.836-26	Engenheira Civil	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	92%
Membro do Comitê de Desenvolvimento de			Até a AGO a	
Negócios e Controle Empresarial de			realizar-se em	
Controladas e Coligadas	Não	02	2016.	

A Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias [sem ligação acionária com a Companhia], atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Companhia, bem como da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio e integrante do grupo econômico da Companhia, desde, janeiro/2012. Adicionalmente, Marina Rosenthal Rocha é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	



		Pertence apenas ao Conselho de		
Newton Brandão Ferraz Ramos	30-05-1969	Administração	30/04/2013	Sim
813.975.696-20	Contador	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	96%
			Até a AGO a	
Membro do Comitê de Finanças, Auditor	ria e		realizar-se em	
Riscos.	Não		2016.	

O Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias- CCR. Adicionalmente, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Pertence apenas ao Conselho de		
José Augusto Gomes Campos	02-12-1964	Administração	30/04/2013	Sim
505.516.396-87	Físico	Conselho de Administração (suplente)	30/04/2013	100%
			Até a AGO a realizar-se em	
Membro do Comitê de Recursos Humanos.	Não	02	2016.	
Evnariônaia Proficcional/Dadaração da Ev	ontuois Condonosões/	Critárias da Indonandância		

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência



O Sr. José Augusto Gomes Campos atua como representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008. Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas. A Partir de Jul/2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás. Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos. Adicionalmente, o Sr. José Augusto Gomes Campos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
José João Abdalla Filho 245.730.788-00	30-05-1945 Servidor Público	Pertence apenas ao Conselho de Administração Conselho de Administração (suplente)	30/04/2014 30/04/2014 Até a AGO a	Sim 8%
Não há.	Sim – IBGC e Dow Jones	01	realizar-se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. José João Abdalla Filho atua e/ou atuou, conforme o caso, nos seguintes cargos: Diretor Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro Suplente do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Prefeito de Juiz de Fora – (de janeiro/2008 a dezembro/2012); Diretor-Presidente da Dinâmica Energia S.A.; Diretor-Presidente da Social S.A. Mineração e Intercâmbio Comercial e Industrial. Adicionalmente, o Sr. José João Abdalla Filho é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do



grupo econômico da Companhia, desde 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Diretoria

Nome	Data de nascimento Órgão administração		Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Mateus de Moura Lima Gomes	08/05/1978	Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Sim
037.285.936-48	Advogado	Diretor Vice-Presidente	23/01/2015	93%
			Até a 1ª RCA	
			após a AGO de	
Não há.	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Concluiu a graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, (2005), após ter cursado até o 4º período de Psicologia na mesma Universidade. Em 2008, concluiu especialização em Direito Administrativo e cursa especialização em Direito Tributário. Membro da Comissão de Direito Eleitoral OAB/Minas Gerais na gestão 2010/2012. Professor de Direito Eleitoral da Escola Superior de Advocacia da OABMG. Tem experiência na área de Direito Público com ênfase em Direito Eleitoral, Administrativo e Municipal. Exerceu o cargo de Procurador-geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte até 02/2013. Mestre em Direito Público pela PUC/MG e preside a Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MG na gestão 2013/2015.



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento Órgão administração		Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Evandro Leite Vasconcelos	15/11/1956	Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Sim
251.704.146-68	Engenheiro Civil	Diretor Comercial	23/01/2015	91%
			Até a 1ª RCA	
			após a AGO de	
Não há.	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1980, mestre em Engenharia de Recursos Hídricos pela COPPE/UFRJ, em 1989, e MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1999. Diretor de Energia da Light S.A. e, interina e cumulativamente, de Desenvolvimento de Negócios da Companhia, até 2014. Professor de física do Sistema Pitágoras de Ensino e professor de Hidrologia no curso de Engenharia Civil da PUC Minas. Trabalhou na Cemig de 1983 a 2010, ocupando a Gerência da Divisão de Hidrometeorologia Operacional e o Departamento de Planejamento Energético, foi superintendente de Coordenação de Geração e Transmissão, superintendente de Transmissão, superintendente de Geração e superintendente de Planejamento e Operação de Geração e Transmissão.

Nome	Data de nascimento Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo
	Data de nascimentoOrgao administração	Data da eleição	controlador



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Cesar Vaz de Melo Fernandes	05-11-1957	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Desenvolvimento de	09/10/2015	Não
299.529.806-04	Engenheiro	Negócios	09/10/2015 Até a 1ª RCA após a AGO de	21%
Não há.	Não	01	2016.	

O Sr. César Vaz de Melo Fernandes nasceu em 05/11/1957. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com MBA em Finanças e Gestão de Negócios pelo IBMEC. Foi Superintendente de Distribuição do Triângulo (Cemig) entre 1998 e 1998, Superintendente de Engenharia da Distribuição (Cemig) entre 1998 e 2000, Superintendente de Operações e Manutenção da Distribuição (Cemig) entre 2000 e 2002, Superintendente de Distribuição da Região Metropolitana de BH (Cemig) entre 2003 e 2005, Coordenador Executivo dos Projetos Hidrelétricos da Amazônia pela Cemig entre 2008 e 2009, Superintendente de Planejamento e Operação da Cemig GT entre 2009 e 2010 e Superintendente de Desenvolvimento de Negócios em 2015. Foi, ainda, Diretor de Construção de Furnas entre 2005 e 2007.

Nome	Data de nascimento Órgão administração		Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	



Ricardo José Charbel	29-04-1959	Pertence apenas à Diretoria	09/05/2013 Sim
	Engenheiro	Diretor de Distribuição e	
383.259.856-15	Eletricista	Comercialização	09/05/2013 100%
			Até a 1ª RCA
			após a AGO de
Não há.	Não	02	2016.

O Sr. Ricardo José Charbel é formado em Engenharia Elétrica- na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC-MG em 1981. É pósgraduado em Processamentos de Dados, na Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG. Gradou-se em Engenharia de Manutenção e Operação de Distribuição de Energia Elétrica, na Universidade Mackenzie- São Paulo em 1994. Fez MBA Empresarial e Gestão de Negócio no IBMEC. Participou do Programa Trilhas da Liderança Internacional- Fundação Dom Cabral em 2011. Atua na Cemig Distribuição S.A.- CEMIG desde 1983, tendo exercido o cargo de Analista de Sistemas, Engenheiro, Gerente de Divisão, Gerente de Relacionamento Comercial, Gestor na Coordenação Executiva do Programa Luz para Todos, Superintendente de Planejamento, Estudos e Projetos de Expansão da Distribuição.

Nome	Data de nascimen	toÓrgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Fabiano Maia Pereira	10/06/1977	Pertence apenas à Diretoria Diretor de Finanças e Relações com	09/02/2015	Sim
027.583.306-28	Economista	Investidores	09/02/2015 Até a 1ª RCA	86%
Não há.	Não	01	após a AGO de	



2016.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Graduação em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Analista de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, a partir de 2003, atuando na gestão da dívida pública interna e externa e no desenvolvimento de programas federais baseado em operações de crédito.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento Órgão administração		Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Eduardo Lima Andrade Ferreira	21-04-1981	Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Sim
	Economista	Diretor de Gás	23/01/2015	95%
			Até a 1ª RCA	
N7~ 1.7	NT~	0.1	após a AGO de	
Não há.	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Engenheiro civil graduado em 2004 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atuou na Construtora Queiroz Galvão S/A, de 2007 a 2014, como engenheiro, gerente Técnico e gerente de Administração Contratual, em diversas obras no Estado do Rio de Janeiro e em São Paulo; na Sinopec International Petroleum Service Corporation, de 2006 a 2007, como engenheiro de planejamento; na ARG, de 2005 a 2006, como engenheiro de Planejamento; e no Consórcio Masa-ARG, de 2004 a 2005, como engenheiro de planejamento e controle.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo



da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimen	Data de nascimento Órgão administração		Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Márcio Lúcio Serrano	18/07/1948	Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Sim
110.906.186-20	Médico	Diretor de Gestão Empresarial	23/01/2015	100%
			Até a 1ª RCA	
			após a AGO de	
Não há.	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Graduado em História Natural, em Ciências Biológicas e em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No setor empresarial, atuou na Mineração Morro Velho / Anglo Gold Corporation, como médico do Trabalho; no Centro de Medicina do Trabalho de Belo Horizonte, como diretor Técnico Executivo e gestor dos Programas de Saúde Ocupacional Setor Moveleiro do Sistema FIEMG; na Unimed BH, como fundador e coordenador do Departamento de Saúde Ocupacional; Na V&M do Brasil, como gerente da Fundação Sidertube e do Grupo Vallourec, conselheiro de Saúde e Social do Conselho da V&M e consultor da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil; e no Biocor Instituto, como médico coordenador de Saúde Ocupacional. É acadêmico da Academia Nacional de Medicina do Trabalho).

Nome	Data de nascimento Órgão administração	Data da eleição Foi eleito pelo controlador
------	--	---



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Raul Lycurgo Leite	21/04/1974	Pertence apenas à Diretoria	20/03/2015	Sim
658.219.551-49	Advogado	Diretor Jurídico	20/03/2015 Até a 1ª RCA após a AGO de	82%
Não há.	Não	01	2016.	

Mestre em Direito Internacional pela American University – Washington College of Law, em Washington (EUA), com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas em Direito e Política Tributária e em Direito Econômico e das Empresas, e bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB). Advogado e, desde 2002, procurador federal da Procuradoria Geral e da Advocacia Geral da União (PGF/AGU). Atua como consultor jurídico do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 2011. Atuou ainda na Procuradoria-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Nome	Data de nascimento Órgão administração		Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Luiz Fernando Rolla	17-02-1949	Pertence apenas à Diretoria	22/01/2015	Sim



195.805.686-34

Engenheiro Diretor de Relações Institucionais e

Eletricista Comunicação 23/01/2015 98%

Até a 1ª RCA após a AGO de

Não há. Não 03 2016.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Luiz Fernando Rolla graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, em 1974. Iniciou sua carreira na Companhia em 1974 e ocupou os cargos de Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e project finance. Foi Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e li na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na Bovespa. Foi eleito o Melhor Profissional de Relações com Investidores pela Associação dos Analistas por diversos anos e pelos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais- Apimec e, ainda, pela IR Magazine, em 2006. Foi Diretor de Finanças e Relações com Investidores da Cemig Distribuição S.A.- Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. atualmente eleito Diretor de Relações Institucionais e Comunicação.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de	% participação nas
•		•	posse	reuniões
Outros cargos e funções exercidas na	Membro independent	te Nº de mandatos consecutivos	Prazo do	
Companhia	e critério utilizado	N de mandatos consecutivos	mandato	
Ronaldo Dias	09/12/1946	Conselho Fiscal	30/04/2015	Não
221.285.307-68	Contador	CF (efetivo) eleito por	30/04/2015	C20/



preferencialistas

Até a AGO a realizarse em 2016.

Não há. Não 01 2016

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Ronaldo Dias foi Ouvidor do Banco Clássico S.A. no período de 2007 a 2013. Atualmente é Auditor Interno e Gerente Administrativo do Fundo Dinâmica Energia do Banco Clássico S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal da CEG, até abril de 2016.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independent e critério utilizado	e Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	reunioes
Bruno Gonçalves Siqueira 075.851.006-39	07-07-1985 Contabilista/Economis	Conselho Fiscal taCF (efetivo) eleito pelo minoritário	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar- se em	62%
Não há.	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Bruno Gonçalves Siqueira foi da AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda. Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade (09/2007 a 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto



com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento as auditorias externa e interna. Andrade Gutierrez Concessões S.A. Analista de Controladoria (desde 06/2010) Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento as auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da companhia. Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez: Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento (desde 02/01/2013); Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. (desde 11/04/2012); Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19/08/2011) até 11/04/2012). Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independent e critério utilizado	ie Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Charles Carvalho Guedes	19/11/1969	Conselho Fiscal	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO	Sim
539600681-15 Não há.	Graduado em processamento de dado Não	os CF (efetivo) eleito pelo controlador 01	a realizar- se em 2016	62%

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Charles é graduado em processamento de dados e pós-graduado em Fianças e Ciências Contábeis pela FGV-Fundação Getúlio Vargas.



Desde março de 2007 é Coordenador-Geral de Participações Societárias. De abri de 2010 a abril 2014 foi Conselheiro Fiscal das centrais elétricas Brasileiras – Eletrobrás. Desde abril 2014 é Conselheiro Fiscal da Petrobrás Biocombustível –

Petrobio. Desde março de 2015 é membro Suplente do Conselho de Administração da IBR Brasil Resseguros S.A. O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independent e critério utilizado	^e Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Edson Moura Soares	02/06/1977	Conselho Fiscal	30/04/2015	Sim
992.255.496-87	Filósofo e Teólogo	CF (efetivo) eleito pelo controlador	30/04/2015 Até a AGO a realizar- se em	62%
Não há.	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Edson Moura Soares é chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014 foi chefe de Gabinete na Câmara dos Deputados de Brasília. De junho de 2007 a dezembro de 2010 foi assessor parlamentar na Câmara dos Deputados em Brasília.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na	Membro independent	te Nº de mandatos consecutivos	Prazo do	
Companhia	e critério utilizado	iv de mandatos consecutivos	mandato	
Márcio Almeida do Amaral	14/08/1969	Conselho Fiscal	30/04/2015	Sim
541.976.196-34	Administrador	CF (efetivo) eleito pelo controlador	30/04/2015	62%
			Até a AGO	
			a realizar-	
			se em	
Não há.	Não	01	2016.	

O Sr. Amaral é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde abril 2015; Chefe da Assessoria Técnica da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais-CGE/MG, desde fevereiro de 2015; Analista de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União, desde 2002; Assessor/Chefe da Assessoria Técnica de Projetos da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas-DAS 4, de abril 2010 a janeiro 2013.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de	% participação nas
•		•	posse	reuniões
Outros cargos e funções exercidas na	Membro independente e critério utilizado		Prazo do	
Companhia	e critério utilizado	iv de mandatos consecutivos	mandato	
Alexandre Pedercini Issa	06/03/1982	Conselho Fiscal	30/04/2015	Não



CF (suplente) eleito por

054113616-05 Administrador preferencialistas 30/04/2015 62%

Até a AGO a realizarse em

Não há. Não 01 2016.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Alexandre Pedercini é membro atuante do Conselho de Administração da COPASA MG - Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Sólida experiência em gestão de clube de investimento, com elevado índice de rentabilidade e alavancagem patrimonial. Experiência por três anos em consultoria na área comercial e marketing atendendo empresas de médio e grande porte. Capacidade de liderança, coordenação de equipe de gerência, visão estratégica e habilidade de negociação.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independent e critério utilizado	^e Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Rafael Pinto Queiroz Neto 012.372.526-79	09-03-1981 Economista/Contador	Conselho Fiscal CF (suplente) eleito pelo minoritário	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar- se em	
Não há	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Coordenador contábil da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e outras empresas do Grupo Andrade Gutierrez S.A. – desde 07-08-2006. Membro



suplente do conselho fiscal da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia., desde Agosto/2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independent e critério utilizado	^e Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Bruno Cirilo Mendonça de Campos	28/05/1978	Conselho Fiscal	30/04/2015	Sim
968.509.901-44	Economista	CF (suplente) eleito pelo controlador	30/04/2015	62%
			Até a AGO	
			a realizar-	
			se em	
Não há	Não	01	2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

o Sr. Bruno Cirilo Mendonça de Campos desde março de 2014 é Gerente Setorial do Setor Financeiro na Secretaria do Tesouro Nacional-STN/MF. De julho de 2011 a fevereiro de 2014 foi Gerente de Projetos na Secretaria do Tesouro Nacional-STN/MF. De maio de 2009 a junho de 2011 foi Analista de Fianças e Controle na Secretaria do Tesouro Nacional-STN/MF. Membro suplente do conselho fiscal da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia., desde Abril/2015.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independent e critério utilizado	^e Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
Ari Barcelos da Silva 006.124.137-72	03-03-1942 Administrador	Conselho Fiscal CF (suplente) eleito pelo controlador	30/04/2015 30/04/2015 Até a AGO a realizar- se em	
Não há	Não	03	2016.	

O Sr. Ari Barcelos da Silva é Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. - desde março/2011. Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A. Maio de 1985 a Outubro de 1990 - Assistente da Diretoria Econômica-Financeira - Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Sociai-ELETROS Maio de 1974 a Abril de 1985 Chefe do Departamento de Contabilidade Junho de 1966 a Abril de 1971 Adjunto do Contador Geral da empresa. Membro suplente do conselho fiscal da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia., desde Abril/2008.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões



Outros cargos e funções exercidas na	Membro independen	te Nº de mandatos consecutivos	Prazo do
Companhia	e critério utilizado	iv de mandatos consecutivos	mandato
Aliomar Silva Lima	07-10-1953	Conselho Fiscal	30/04/2015 Sim
131.654.456-72	Economista	CF (suplente) eleito pelo controlador	30/04/2015 77%
			Até a AGO
			a realizar-
			se em
Não há	Não	02	2016.

O Sr. Aliomar Silva Lima é membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Geração e Transmissão S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais- GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A.- Cemig Telecom, e Redentor Energia S.A.



<u>Itens 12.7 e 12.8</u>

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitês de		
		Estratégia; de Finanças,		
		Auditoria e Riscos e de		
		Desenvolvimento de Negócios e		
		Controle Empresarial de		
Bruno Magalhães Menicucci	26-11-1986	Controladas e Coligadas; e de	30/04/2013	Sim
081.100.286-16	Engenheiro de Produção	Recursos Humanos suplente	30/04/2013	48%
	· ·	1	Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Não	02	se em 2016.	
Experiência Profissional/Declaração de		ritérios de Independência		

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Bruno Magalhães Menicucci é assistente, na AGC Energia S.A., controladora da Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valuation de empresas, desde 2008. Adicionalmente, o Sr. Bruno Magalhães Meniucci é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2011.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	-----------------------------



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, Estratégia e de		
Flávio Miarelli Piedade	28-01-1967	Finanças, Auditoria e Riscos	30/04/2014	Sim
703.736.396-00	Administrador	suplente	30/04/2014 Até a AGO a realizar-	56%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	se em 2016.	
Evnaniônaia Draficcional/Daglaração do	Eventuais Condenacios/Cr	itánias da Indonandância		

O Sr. Piedade atua no Araujo Fonte com prospecção e condução de processos de M&A e operações estruturadas diversas desde 2013; anteriormente, atuava no Citibank / Credicard como Diretor de parcerias estratégicas com o varejo, *head* da Credicard Fianciamentos, condução de processos de expansão da companhia no período de 2009 a 2012. Adicionalmente, o Sr. Flávio Miarelli Piedade é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde abril/2014.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	



		Outros Comitês - Comitê o	Outros Comitês - Comitê de		
José Augusto Gomes Campos	02-12-1964	Recursos Humanos	30/04/2013	Sim	
505.516.396-87	Físico	suplente)	30/04/2013 Até a AGO a real	38% izar-	
Membro do Conselho de Administração	Não	02	se em 2016.		

O Sr. José Augusto Gomes Campos atua como representante da AG Concessões no Conselho de Administração da Corporación Quiport S/A. desde mar/2008. Entre Jul/2009 e Fev/2011, atuou no processo de renegociação do contrato de Concessão do Novo Aeroporto Internacional de Quito, levado a cabo pelo Governo do Equador (municipal e federal), Financiadores e acionistas. A Partir de Jul/2010, desenvolvimento de novos negócios no setor de Portos e Projetos de infraestrutura de óleo e gás. Empresa Holding de Concessionárias de Serviços Públicos. Adicionalmente, o Sr. José Augusto Gomes Campos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de		
Marina Rosenthal Rocha	22-09-1982	Controladas e Coligadas	30/04/2013	Sim



Até a AGO a realizarse em 2016.

Membro do Conselho de Administração Não

02

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

A Sra. Marina Rosenthal Rocha é Analista de Projetos na Andrade Gutierrez Concessões S.A., empresa holding de participações societárias sem ligação acionária com a Companhia, atuando principalmente nas áreas de estudos técnicos de desenvolvimento de projetos, análise econômico-financeira, gerenciamento e controle de portfólio e valoração de empresas. Membro do Conselho Fiscal da Companhia, bem como da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades [integrantes do grupo econômico da Companhia], no período de 27-04 a 17-12-2012. Membro do Conselho de Administração da Santo Antônio Energia S.A., holding controladora da Usina de Santo Antônio e integrante do grupo econômico da Companhia, desde, janeiro/2012. Adicionalmente, Marina Rosenthal Rocha é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades [integrantes do grupo econômico da Companhia], desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		_
Newton Brandão Ferraz Ramos	30-05-1969	Finanças, Auditoria e Riscos	30/04/2013	Sim
813.975.696-20	Contador	suplente	30/04/2013	31%
			Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Não	02	se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos desde 1998 atua como executivo da Andrade Gutierrez Concessões, exercendo o papel de membro dos



Conselhos Fiscais da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR e da Companhia de Concessões Rodoviárias- CCR. Adicionalmente, o Sr. Newton Brandão Ferraz Ramos é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
	Outros Comitês - Comitê de		
	Governança Corporativa e		
	Sustentabilidade e do Comitê de		
25/10/1961	Estratégia	30/04/2013	Sim
Engenheiro Civil	efetivo	30/04/2013	05%
_		Até a AGO a realizar-	
Não	03	se em 2016.	
	Profissão Membro independente e critério utilizado 25/10/1961 Engenheiro Civil	Profissão Cargo eletivo ocupado Membro independente e critério utilizado Nº de mandatos consecutivos Outros Comitês - Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia efetivo	Profissão Cargo eletivo ocupado Data de posse Nº de mandatos consecutivos Outros Comitês - Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia Engenheiro Civil Engenheiro Civil Outros Comitês - Comitê de Sustentabilidade a do Comitê de Estratégia 30/04/2013 Até a AGO a realizar-

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Paulo Roberto Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia: Diretor da Andrade Gutierrez Concessões S.A., desde 2000. Diretor da Andrade Gutierrez Participações S.A., desde 2011. Vice-Presidente de Investimentos da Holding Andrade Gutierrez S.A., desde 2012. Membro dos Conselhos de Administração da Dominó Holdings, Water Porte Companhia Operadora de Rodovias S.A. Membro Suplente do Conselho de Administração (até 2010) e Membro Efetivo do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011; Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Andrade Gutierrez Concessões S.A. Adicionalmente, o Sr. Reckziegel Guedes atua em órgãos de administração das seguintes sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia: Membro Suplente do Conselho de Administração da Light S.A. e Light Serviços de Eletricidade S.A. Membro Efetivo do Conselho



de Administração da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitês de Apoio; de Estratégia; e, de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de		
Saulo Alves Pereira Junior 787.495.906-00	13-01-1971 Engenheiro Eletricista	Controladas e Coligadas do Conselho de Administração efetivo	30/04/2013 30/04/2013 Até a AGO a realizar-	Sim 14%
Membro do Conselho de Administração	Não	03	se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Em 2000 iniciou suas atividades no grupo Andrade Gutierrez como principal gestor de contratos da Construtora Andrade Gutierrez na área de Telecomunicações no Rio de Janeiro. Desde 2004, atua como Diretor Comercial da Construtora Andrade Gutierrez, no desenvolvimento de novos negócios com foco no Setor Elétrico. Desde 2007 passou a exercer funções na Andrade Gutierrez Concessões participando ativamente da consolidação do grupo no Setor Elétrico. Adicionalmente, o Sr. Saulo Alves Pereira Junior é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo



da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitês de Recursos Humanos e do Comitê Finanças, Auditoria e Riscos do		
Tarcisio Augusto Carneiro	10-06-1960	Conselho de Administração	30/04/2013	Sim
372.404.636-72	Engenheiro Civil	suplente	30/04/2013 Até a AGO a realizar-	56%
Membro do Conselho de Administração	Não	03	se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Tarcisio Augusto Carneiro atua na Andrade Gutierrez Concessões S/A como Executivo da Empresa desde 1998. Atuou como membro suplente do Conselho Fiscal da CCR S.A. em 2011. É membro suplente do Conselho de Administração da CCR S.A., desde 2011. Adicionalmente, o Sr. Tarcisio Augusto Carneiro é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2010.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	--------------------------------



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitês de		
		Apoio ao Conselho de		
		Administração e de Finanças,		
Bruno Westin Prado Soares Leal	10-09-1983	Auditoria e Riscos	22/01/2015	Sim
		Outros – Coordenador do Comité		
		de Apoio ao Conselho de		
055.230.506-52	Economista	Administração; suplente	23/01/2015	48%
		, , , <u>, , , , , , , , , , , , , , , , </u>	Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	se em 2016.	
Evneriôncia Profissional/Declaração de	Eventueis Condenceses/Cu	ritários do Indonandância		

O Sr. Soares Leal é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, tendo concluído o mestrado em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda, desde maio de 2009. Conselheiro Fiscal da Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, sociedade que não possui ligação acionária com a Companhia, desde maio 2012. Adicionalmente, o Sr. Bruno Westin Prado Soares Leal é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões



Companhia critério util			
	Outros Comitês - Comitê de		
	Finanças, Auditoria e Risco,		
	Comitês de Apoio ao Conselho		
	de Administração e de		
	Desenvolvimento de Negócios	e	
	Controle Empresarial de		
Luiz Guilherme Piva 02-06-1962	Controladas e Coligadas	22/01/2015	Sim
	Outros – Coordenador do Comi	tê	
	de Finanças, Auditoria e Risco;		
454442936-68 Economista	suplente	23/01/2015	62%
	-	Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração Sim – IBGC	e Dow Jones 01	se em 2016.	

O Sr. Piva formou-se em economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF, com especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental – ENAP, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP. Foi Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas de 2007 a 2012, na LCA Consultores. Atuou como Diretor de Investimentos na Angra Partners de 2012 a 2013. Foi CEO da Itatiaia Móveis de 2013 a 2014. Atua como Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais do BDMG – Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Guilherme Piva é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	-----------------------------



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
	22.11.1057	Outros Comitês - Comitês de Apoio ao Conselho de	22/01/2015	a:
Carlos Fernando da Silveira Vianna 319830656-68	23-11-1956 Engenheiro	Administração e de Estratégia suplente	22/01/2015 23/01/2015	Sim 40%
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	Até a AGO a realizarse em 2016.	

O Sr. Vianna é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com especialização em Engenharia Econômica pela Fundação Dom Cabral, pós-Graduação "lato sensu" em Administração Pública, pela The George Washington University, em Washington/DC e MBA, em Gestão Organizacional, pelo IBMEC. Ingressou no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, onde desde 2011 atua na assessoria de Inovação da presidência do BDMG. Adicionalmente, o Sr. Carlos Fernando da Silveira Vianna é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	



		Outros Comitês - Comitês de		
		Apoio ao Conselho de		
Ricardo Wagner Righi de Toledo	01-09-1957	Administração e de Estratégia	22/01/2015	Sim
299492466-87	Administrador	suplente	23/01/2015	27%
		-	Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	se em 2016.	

O Sr. Toledo é formado em Administração de Empresas, com MBA em estratégia empresarial pela FGV/OHIO e pós-graduações em Finanças e Gestão empresarial. Cursou o curso de Conselheiro de Administração pelo IBGC e o PGA no INSEAD. Economista desde 2012. De 2008 a 2011, foi Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas da Usiminas S.A. e membro do Conselho de Administração da Mineração Usiminas e Soluções Usiminas S.A. Atua como Consultor Independente em estratégia, governança e inovação empresarial na Innovare Consultoria Ltda., todas sociedades que não possuem ligação acionária com a Companhia. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Wagner Righi de Toledo é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitês de		_
		Governança Corporativa e		
		Sustentabilidade e de		
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	05/10/1948	Desenvolvimento de Negócios e	22/01/2015	Sim



		Controle Empresarial de Controladas e Coligadas		
098.044.046-72	Economista	efetivo	23/01/2015 Até a AGO a realizar-	28%
Presidente do Conselho de Administraçã	Sim – Dow Jones	01	se em 2016.	

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Economia Regional pelo CEDEPLAR/UFMG e PhD (Doutor) em Economia pela Universidade de Manchester-Inglaterra. O Sr. Beltrão da Silva exerceu o cargo de Secretário de Finanças da Prefeitura de Belo Horizonte de janeiro de 2006 a julho de 2012. De março de 2009 a julho de 2014 foi Presidente do Conselho de Administração da PBH Ativos S.A. De abril de 2013 a dezembro de 2014, ocupou o cargo de Assessor do Ministério do Desenvolvimento, Industrial e Comércio Exterior. Foi também Assessor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de abril de 2013 a dezembro de 2014.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de Governança Corporativa e		
Marco Antônio de Rezende Teixeira	23/09/1956	Sustentabilidade	22/01/2015	Sim
371.515.926-04	Advogado	efetivo	23/01/2015	0%
			Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	se em 2016.	



O Sr. Marco Antônio de Rezende Teixeira formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Sr. Rezende Teixeira atua como advogado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos, desde 1983. Foi procurador Geral do Município de Belo Horizonte de 1997 a 2012. O Sr. Rezende Teixeira é Sócio Gerente da Rezende Teixeira Sociedade de Advogados, desde 2012.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		
		Governança Corporativa e		
Nelson José Hubner Moreira	16/03/1954	Sustentabilidade	22/01/2015	Sim
443.875.207-87	Engenheiro Eletricista	efetivo/suplente	23/01/2015	0%
	C	•	Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Nelson José Hubner Moreira formou-se em Engenharia pela Universidade Federal Fluminense (RJ) com especialização em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL de 2009 a 2013.



Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		
Allan Kardec de Melo Ferreira	19/11/1946	Recursos Humanos	22/01/2015	Sim
054.541.586-15	Advogado	efetivo	23/01/2015	54%
	_		Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	se em 2016.	
T '^ . ' D . (" . ' 1/D . 1 ~ . 1	E	1// 1 1 1 1 1 1 1		

O Sr. Allan Kardec de Melo Ferreira é formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com pós-graduação em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. O Sr. Melo Ferreira atuou como membro do Conselho Fiscal do [Grupo Oi] de 1993 a 2014, como [presidente do Comitê de Supervisão] da Oi S.A. no período de [--] a [--] e [membro dos Comitês de Supervisão] da Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A., Telemar Participações S.A., Coari Participações S.A. e Contax S.A. no período de [--] a [--], sendo certo que todas as sociedades ora mencionadas [não possuem ligação acionária com a Companhia]. Adicionalmente, foi sócio-consultor da [PJF Consultoria] de 1993 a 2014, prestando serviços de consultoria de gestão a diversas sociedades, bem como em processos de leilão do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG), da BHTRANS - Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Ministério das Comunicações e ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
------	--------------------	---------------------	-----------------	--------------------------------



CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		
Antônio Dirceu Araújo Xavier	26-08-1943	Recursos Humanos	22/01/2015	Sim
068412446-72	Advogado	suplente	23/01/2015	46%
	-	-	Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	se em 2016.	
E	T 4 ' 0 1 ~ 10	1// 1 T T T T T T		

O Sr. Xavier é formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com cursos de extensão na Universidade de Harvard, EE.UU. e na Faculdade Internacional de Direito Comparado de Estrasburgo, França. Trabalhou na Cemig de 1972 a 2001, onde chegou a ocupar o cargo de Assistente da Diretoria com atuação no contencioso da empresa. Atuou na Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. como Chefe da Procuradoria Jurídica e na Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG, como Assessor da Presidência. De 2001 a 2014 atuou como advogado, com foco no Direito da Eletricidade, vasta experiência nas áreas de administração geral, gestão, processos, procedimentos operacionais, além do gerenciamento e coordenação de equipes multidisciplinares. Adicionalmente, o Sr. Antônio Dirceu Araújo Xavier é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões



Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		
Helvécio Miranda Magalhães Júnior	28/05/1963	Estratégia	22/01/2015	Sim
561.966.446-53	Médico	efetivo	23/01/2015	40%
			Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	se em 2016.	

O Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior é formado em Medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Epidemiologia pela mesma universidade, tendo concluído o doutorado em Saúde Coletiva pela UNICAMP. Entre 2011 e 2014, foi Secretário de Atenção à Saúde, do ministério da Saúde.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de Desenvolvimento de Negócios e Controle Empresarial de		
José Pais Rangel 239.775.667-68 Membro do Conselho de Administração	09/09/1940 Advogado Sim – IBGC e Dow Jones	Controladas e Coligadas efetivo 01	30/04/2014 30/04/2014 Até a AGO a realizar-	Sim 69%



se em 2016.

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

Diretor Vice-Presidente do Banco Clássico S.A.; Membro do Conselho de Administração da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG; Membro do Conselho de Administração da Tractebel Energia S.A.; Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber S.A.; Gestor de Fundos de Investimento, credenciado pela CVM. Adicionalmente, o Sr. José Pais Rangel é Membro Efetivo do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2014.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		_
		Desenvolvimento de Negócios e		
Marco Antonio Soares da Cunha Castello		Controle Empresarial de		
Branco	19-08-1960	Controladas e Coligadas	22/01/2015	Sim
371.150.576-72	Engenheiro metalurgista	efetivo	23/01/2015	41%
			Até a AGO a realizar-	
Membro do Conselho de Administração	Sim – IBGC e Dow Jones	01	se em 2016.	
Evneriôncia Profissional/Declaração do	Eventueis Condences of Cr	itórios do Indopondôncio		

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como Membro do Conselho Consultivo da HYDAC Tecnologia do Brasil Ltda, desde 2010. Atua como Membro do Conselho de Administração da Diferencial Energia Participações S.A. desde 2011.



O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador
CPF ou Passaporte	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	% participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas na Companhia	Membro independente e critério utilizado	Nº de mandatos consecutivos	Prazo do mandato	
		Outros Comitês - Comitê de		_
Wieland Silberschneider	03-11-1960	Finanças, Auditoria e Riscos	22/01/2015	Sim
451960796-53	Economista	suplente	23/01/2015 Até a AGO a realizar-	50%
Membro do Conselho de Administração	Sim – Dow Jones	01	se em 2016.	

Experiência Profissional/Declaração de Eventuais Condenações/Critérios de Independência

O Sr. Silberschneider é formado em economia pela PUC-Minas, com especialização em Teoria e Operação de uma Moderna Economia Nacional pelo Institute for Brazilian Business and Public Management Issues/ George Washington University - Washington DC, em Orçamento, Controle e Contabilidade pelo Instituto de Estudios Fiscales – Ministerio de Hacienda/Madrid-Espanha e em Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, pelo Centro Regional de Capacitação para a América Latina no Brasil/FMI. Cursou mestrado em Sociologia Urbana e Industrial pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG e doutorado em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR - Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Desde 2005 atua como Auditor Fiscal da Receita Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais e também como Consultor de Programas da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Adicionalmente, o Sr. Wieland Silberschneider é Membro Suplente do Conselho de Administração da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde 2015.

O administrador acima declara que nos últimos 5 anos não teve qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou



inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.